

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DA PARAÍBA



Fundação
Nacional
de Saúde

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

JOÃO PESSOA, MARÇO/ 2017

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições dadas pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017 e Portaria CGU nº 500 de 08 de março de 2016.

2017. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.
Distribuição e Informação:
Superintendência Estadual da Funasa em João Pessoa/PB
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
Endereço: Rua Professor Geraldo Von Shosten nº. 285, Bairro de Jaguaribe
Telefones: (83) 3216-2400
Página na internet: www.funasa.gov.br
Cep: 58.015.190

Impresso no Brasil / Printed in Brazil.

FICHA CATALOGRÁFICA

Relatório de Gestão 2016 / elaborado por Superintendência Estadual
da Funasa em João Pessoa Estado: Paraíba

Ministério da Saúde:
Fundação Nacional de Saúde, 2017.

93 p.il.

1. Gestão. 2. Planejamento. 3. Sistema Único de Saúde.

PRESIDENTE

Antonio Henrique de Carvalho Pires

AUDITOR-CHEFE

Luis Carlos Marchão

PROCURADOR- CHEFE

Ana Salett Marques Gulli

DIRETOR EXECUTIVO

Antonio Arnaldo Alves de Melo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Thiago Martins Milhim

DIRETOR DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Leonardo Rodrigues Tavares

DIRETOR DE SAÚDE AMBIENTAL

Rodrigo Sérgio Dias

SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA FUNASA

EM JOÃO PESSOA-PB

Jackson de Araújo Lucena

COORDENAÇÃO

Jackson de Araújo Lucena

Superintendente Estadual Substituto da Funasa em João Pessoa/PB

EQUIPE TÉCNICA

Silene Lima Dourado Ximenes Santos
Chefe do SESAM

Tereza Cristina Vasconcelos de Melo
Chefe do SECOV

Gutemberg Gonçalves dos Santos
Chefe da DIADM

Ruy Bezerra Cavalcanti Júnior
Chefe da DIESP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CONTEÚDO GERAL.....	13
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC).....	13
1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	13
1.2. Ambiente de Atuação.....	14
1.2.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade.....	14
1.3. Organograma da Unidade	18
1.4. Macroprocesso Finalístico	22
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	32
2.1. Planejamento Organizacional.....	32
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	32
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	35
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	39
2.2 Desempenho Orçamentário.....	39
2.2.1 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	39
2.2.1.1 Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores	39
2.2.1.2 Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas.....	39
2.2.1.3 Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores	40
2.2.2 Informações sobre a Execução das Despesas.....	41
2.2.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação	41
2.2.2.2 Despesas por grupo e elemento de despesa.....	43
2.3 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	46
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	53
3.1 Descrição das Estrutura de Governança.....	53
3.2 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	53
4 ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO	54
4.1 Gestão de Pessoas	54
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	54
4.1.1.1 Composição da Força de Trabalho.....	54
4.1.1.2 Distribuição da Força de Trabalho.....	54
4.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	55
4.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal.....	57
4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	58
4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários	59
4.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)	59
4.1.4.2 Contratação de Estagiários.....	61
4.1.5 Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas	62
4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	66
4.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada	66
4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições.....	70
4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	70
4.2.3.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC.....	70
4.2.3.2 Distribuição Geográfica dos imóveis da União.....	71

4.2.3.3	Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional	71
4.2.3.4	Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.....	72
4.2.3.5	Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis	72
4.2.3.6	Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los	72
4.2.4	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas	73
4.2.5	Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros	81
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	82
5.1	Canais de acesso do cidadão	82
5.2	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	83
5.3	Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade	83
5.4	Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	83
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	84
6.1	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	84
6.1.1	Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10	84
6.1.2	Justificativa quanto à aplicação dos procedimentos patrimoniais	88
6.1.3	Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício	88
6.2	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	89
6.3	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....	89
	As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 estão disponíveis no Anexo I - Demonstrações Contábeis. .	89
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	90
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	90
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	90
7.3	Medidas administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	91
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	91
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	91
7.6	Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda.....	92
8	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	92
9	CONCLUSÃO	92

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.3 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	22
Quadro A. 1.4. Descritivo do macroprocesso: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública.....	24
Quadro B. 1.4 Descritivo do macroprocesso: Gestão de Ações de Saúde Ambiental.....	26
Quadro C. 1.4 Descritivo do macroprocesso: Gestão de Parcerias de Convênios.....	29
Quadro A.2.2.1.1 Prestação de contas sobre transferências concedidas.....	39
Quadro A.2.2.1.2 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	39
Quadro A.2.2.1.3 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	40
Quadro A.2.2.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação.....	41
Quadro A.2.2.2.2 Despesas por grupo de elemento de despesa.....	43
Quadro A.2.3.6 – Indicadores de Desempenho - Saúde Ambiental e Saneamento.....	46
Quadro A 4.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ.....	54
Quadro A 4.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	54
Quadro A 4.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	55
Quadro A.4.1.2 - Despesas do pessoal.....	57
Quadro A.4.1.3 - Quadro de Servidores com Abono de Permanência - Aptos para aposentação.....	58
Quadro A.4.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	59
Quadro A.4.1.4.2-Composição do Quadro de Estagiários	60
Quadro B.4.1.4.2– Despesas com Estagiários nos últimos anos.....	61
Quadro A.4.2.1– Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada.....	66
Quadro A.4.2.3.2 – Distribuição Geográfica dos imóveis da União.....	71
Quadro 4.2.3.3 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	71
Quadro A.4.2.4– Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.....	73
Quadro A.7.1 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	90
Quadro A.6.6 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	91
Quadro A.7.6 - Despesas com publicidade.....	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Macro da Fundação Nacional de Saúde.....	18
Figura 2 - Organograma Macro da Superintendência Estadual da Paraíba.....	19
Figura 3 - Organograma da Divisão de Administração – DIADM.....	20
Figura 4 - Organograma do Serviço de Saúde Ambiental - SESAM.....	21
Figura 5 - Organograma do Serviço de Convênios - SECOV.....	21
Figura6 - Organograma do DENSP.....	23
Figura 7 - Organograma do DESAM.....	26
Figura 8 - Organograma da DIREX.....	28

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

SUEST/FUNASA/PB – Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde na Paraíba	DESAM – Departamento de Saúde Ambiental
DIESP – Divisão de Engenharia de Saúde Pública	CGMTI - Coordenação Geral de Modernização e Tecnologia da Informação
DIADM – Divisão de Administração	CGCON - Coordenação Geral de Convênios
SESAM – Serviço de Saúde Ambiental	SIGOB – Sistema Integrado de Gerenciamento de Obras
SECOV – Serviço de Convênios	SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.
SAPLA - Seção de Planejamento e Acompanhamento	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SACQA – Seção de Controle da Qualidade da Água	SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SAOFI – Seção de Execução Orçamentária e Financeira	UJ – Unidade Jurisdicionada
SALOG – Seção de Recursos Logísticos	MS – Ministério da Saúde
SADUC – Seção de Educação em Saúde	PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
SAGEP – Seção de Gestão de Pessoas	PPA – Plano Plurianual
SOCOM – Setor de Comunicação Social	SWOT - Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
SOAPO – Setor de Apoio Administrativo	UPC - Unidade Prestadora de Contas
SODEP - Setor de Desenvolvimento de Pessoas	DEADM – Departamento de Administração
SOAPE - Setor de Administração de Pessoal	SIC/Funasa – Serviço de Informação ao Cidadão
SOTRA – Setor de Transporte	SOPRE – Setor de Prestação de Contas
SOPAM – Setor de Patrimônio e Material	DENSP – Departamento de Engenharia de Saúde Pública
SORCO – Setor de Compras e Contratos	CGPLA – Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação
SOCEC – Setor de Celebração de Convênios	DIREX – Diretoria Executiva

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS:

- **ANEXO I** - ITEM 6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas
- **ANEXO II** – ITEM 7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.

INTRODUÇÃO

O presente documento trata do Relatório de Gestão do exercício 2016 da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde na Paraíba. Foi elaborado com base na legislação vigente, composta pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017 e Portaria CGU nº 500 de 08 de março de 2016.

Além dos referidos atos normativos, orientações complementares, editadas pela CGU, a Superintendência Estadual seguiu instruções contidas no Roteiro de Elaboração para o Relatório de Gestão/2016 elaborados pela Equipe da Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação (CGPLA), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa- PRESIDÊNCIA).

Para a elaboração do presente Relatório Anual houve a participação de todas as divisões, serviços, seções e setores integrantes da estrutura regimental desta Superintendência Estadual no fornecimento das informações necessárias.

Destacamos que no presente exercício a SUEST-PB realizou atividades que agregaram valor a sociedade paraibana, citamos como exemplo: Acompanhamento na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, representou o poder público federal em comitês de bacias hidrográficas, realizou capacitações do controle da qualidade da água e Campanha de Educação em Saúde Ambiental, para o enfrentamento do mosquito *Aedes aegypti* nas dependências da SUEST/FUNASA/PB. Acompanhou, ainda, as seguintes ações: Programa CATAFORTE, Melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas; Sistema de esgotamento sanitário, Melhorias sanitárias domiciliares, Sistema de abastecimento de água, Sistema de resíduos sólidos.

Como dificuldades no exercício a UPC pode destacar a crise político-econômica que o país atravessou, gerando restrições orçamentárias, bem como, a carência de pessoal na unidade.

Conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, todos os itens exigidos pela legislação foram detalhados no relatório, exceto aqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Funasa, bem como aqueles em que não houve ocorrência durante o exercício, como se segue:

Este relatório apresenta em seu conteúdo itens, quadros e ou tabelas que não são de competência da UPC respondê-los, assim, para melhor visualização e leitura deste documento, dispomos abaixo a relação dos respectivos itens que não se aplicam a esta Unidade Prestadora de Contas.

ITEM – NÃO SE APLICA NA UPC	JUSTIFICATIVA
Desempenho Orçamentário / Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2016 – 2019, portanto os itens referentes a Programas, Objetivos e Ações NÃO SE APLICAM A ESTA UPC
Visão Gerencial dos instrumentos de transferências e dos montantes transferidos.	Responsabilidade da Presidência da FUNASA.
Atuação da Unidade de auditoria interna.	Responsabilidade da Presidência da FUNASA.

Atividade de Correição e Apuração de Ilicitos Administrativos	Responsabilidade da Presidência da FUNASA.
Carta de Serviços ao Cidadão.	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a carta de serviços ao cidadão não será publicada.
Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.	Não é de responsabilidade da UPC esse tipo de contratação.
Gestão da Tecnologia da Informação.	Responsabilidade da Presidência da FUNASA.

CONTEÚDO GERAL

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde, entidade vinculada ao Ministério da Saúde (MS), instituída pelo art. 14 da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, sofreu alteração em sua estrutura organizacional com a publicação do Decreto nº 8.867, de 03 de outubro de 2016, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção e controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

A Funasa é dirigida por um Presidente, que é auxiliado por um Diretor Executivo e três Diretores de Departamento, nomeados por indicação do Ministro de Estado da Saúde, na forma da legislação em vigor. Sua atuação ocorre de forma descentralizada, por meio de suas Superintendências Estaduais, que cotam com estrutura técnico-administrativa capaz de promover, supervisionar e orientar as ações sob a responsabilidade da instituição.

No que se refere ao saneamento ambiental – implementação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Sistemas de Resíduos Sólidos (SRS), Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas (MHCDC) e Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) - A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), vinculada ao Ministério da Saúde (MS), é uma das instituições do governo federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças. A atuação da Funasa em saúde pública e saneamento no Brasil é bastante intensa e de grande importância, conta com a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no País, apoiando, financiando ou executando obras a partir de critérios epidemiológicos, sócio-econômicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil. Por meio de ações de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental, a Funasa busca a promoção da melhoria da qualidade de vida, financiando e incentivando a implantação e melhorias dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos urbanos, melhoria habitacional para controle da doença de Chagas, melhorias sanitárias domiciliares, e ações de saneamento em comunidades especiais, tais como, ribeirinhas, quilombolas, reservas extrativistas e assentamentos.

Atualmente, a Funasa busca a redução de riscos à saúde, financiando a universalização dos sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos urbanos. Promovendo ainda ações de melhorias sanitárias domiciliares, cooperação técnica e ações de saneamento rural, contribuindo para a saúde da população.

No que se refere ao Serviço de Saúde Ambiental (SESAM), considerando que a universalização do serviço de abastecimento de água é uma das grandes metas para os países em desenvolvimento, por ser o acesso à água, em quantidade e qualidade, essencial para reduzir os riscos à saúde pública; e considerando a necessidade da adoção de estratégias de gestão que incluam a implementação dos padrões e procedimentos preconizados na legislação, principalmente aquelas afetas ao controle da qualidade da água para consumo humano, a Funasa, por meio do Departamento de Saúde Ambiental, dispõe da Coordenação de Apoio ao Controle da Qualidade da Água e, em nível regional, das Seções de Apoio ao Controle da Qualidade da Água, que buscam implementar ações

em articulação com os responsáveis titulares pelos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, órgãos de meio ambiente, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde. As ações são desempenhadas especialmente nas comunidades de interesse especial do governo bem como nas áreas com programas e projetos financiados pela Funasa.

Outra área do conhecimento técnico que a Funasa investe é a da Educação em Saúde Ambiental que contribui efetivamente na formação e no desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental, utilizando entre outras estratégias, a mobilização social, a comunicação educativa/informativa e a formação permanente.

Alguns eixos de atuação da Educação em Saúde Ambiental vêm sendo implementados: Apoio técnico na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (convênios) e o apoio técnico e financeiro a projetos de entidades governamentais (municípios, estados e Distrito Federal), voltados às ações de educação em saúde ambiental para a promoção da saúde e contribuir com a melhoria da qualidade de vida de comunidades rurais e diferentes grupos residentes em comunidades ribeirinhas, remanescentes de quilombos, reservas extrativistas, assentamentos da reforma agrária; áreas de vulnerabilidade socioambiental; na região do semiárido brasileiro e outras em situações de secas e estiagens prolongadas; em áreas de riscos ocasionados por desastres naturais; em municípios beneficiados com programas e projetos da Funasa.

A Funasa vem se estruturando para apoiar estados, municípios e Distrito Federal nas ações de resposta aos desastres ocasionados por inundações, de forma complementar, quando demandada pelo Ministério da Saúde. As ações são voltadas para o atendimento à população exposta às situações causadas por inundações, contribuindo para o fortalecimento das estratégias do Ministério da Saúde capazes de mitigar os impactos negativos relacionados a saúde em áreas urbanas e rurais, de maneira a potencializar a capacidade de resposta frente a estas situações.

Além das ações descritas, o SESAM tem o objetivo de divulgação dos Editais de Fomento às Pesquisas nas áreas da Saúde Ambiental.

1.2. Ambiente de Atuação

1.2.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade

a) Identificação dos principais parceiros

Associação de Apoio os Assentamentos e Comunidades Afro Descendentes – AACADE, Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena – Cruz Vermelha – CVB/HEETSHL, Ministério Público da Paraíba, Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Alagoinha/PB, Federação das Associações de Municípios da Paraíba – FAMUP, Ministério Público Federal, Instituto Federal da Paraíba, Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT, Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, Companhia de Água e Esgoto da Paraíba – CAGEPA, Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba – CBH-PB, Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do Estado da Paraíba – CBH-LN, Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul do Estado da Paraíba – CBH-LS e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente.

b) Principais atores que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade prestadora de contas

Em relação às competências institucionais, e aos atores responsáveis, neste caso, à consecução da política pública, diversos órgãos no governo federal, respondem por programas e ações em saneamento básico. No tocante aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), diversas são as instituições federais atuantes no setor.

No plano estadual destacamos a Companhia de Água e Esgotos do Estado da Paraíba – CAGEPA e os Serviços Autônomos de Água e Esgoto Municipais – SAAE.

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão executivo do Ministério da Saúde, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças. É também a instituição responsável por formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

Nesse contexto, os principais serviços ofertados são:

Engenharia de Saúde Pública

Em sua área de atuação, a FUNASA, promove a inclusão social por meio de ações de saneamento mediante cuidados com a saúde, que são executadas para prevenção e controle de agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico, inclusive em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Atua no financiamento das ações de saneamento ambiental fomentando a universalização de: sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos urbanos. Como também, na promoção de ações de melhorias sanitárias domiciliares, cooperação técnica e ações de saneamento rural, atuando ainda no fomento à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas, na educação em saúde ambiental para promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, no controle da qualidade da água para consumo humano e nas ações estratégicas preventivas para a redução dos riscos ambientais e à saúde humana.

Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- Apoio técnico-laboratorial em controle da qualidade da água para consumo humano;
- Fomento técnico e financeiro às ações de educação em saúde ambiental e aos Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Fomento técnico às ações estratégicas (situação de desastres e Plano de Segurança de Água): Em construção.

d) Expectativa da população ou de estrato da população quanto à atuação da UPC

Receber as ações, financiadas pela FUNASA, concluídas e em pleno funcionamento para o alcance dos benefícios esperados relacionados ao ambiente e à saúde. Melhorando as condições da saúde ambiental e, conseqüentemente, da saúde da população.

e) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

Ameaças:

Dificuldades logísticas para o desenvolvimento das ações, tais como, equipamentos insuficientes ou obsoletos, restrição orçamentária para diárias.

Dificuldades operacionais, tais como, alterações nas Portarias e nos Sistemas de Informação, sem que previamente sejam prestadas as orientações e capacitações para o devido entendimento e utilização das ferramentas de gestão.

Sustentabilidade dos Projetos financiados por comprometimento insipiente dos gestores municipais;

Gestão deficiente dos recursos hídricos;

Falta de indicadores de impacto específicos

Oportunidades:

Possibilidades de parcerias interinstitucionais;

Competência técnica dos servidores

f) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

As SUEST/FUNASA/PB se relaciona com os diversos entes da sua região de abrangência, a partir de propostas e realização de pactos de atuação, traduzidos em convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação e demais congêneres, reuniões periódicas para discussões e orientações de procedimentos e visitas técnicas gerenciais para verificação do desenvolvimento das ações. Dessa forma, é estabelecido o intercâmbio de informações, via presencial ou eletronicamente, a fim de que os pactos laborais estejam em conformidade com as normativas técnicas que regulam o assunto, quer seja em nível interno, quanto externo.

Durante o desenvolvimento dos compromissos assumidos, a Suest atua supervisionando técnica e administrativamente os instrumentos celebrados, com vistas à sua efetivação e a conseqüente prestação de contas, a fim de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

g) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

As diretrizes políticas do governo federal para a área da saúde pública, aqui incluídas as ações de prevenção, promoção, e proteção, não permitem antever quaisquer riscos de interrupção ou até mesmo de extinção de órgãos que prestam esses serviços considerados essenciais e necessários para que o país possa avançar e alcançar melhores indicadores de saúde.

Como um risco na atuação da Fundação podemos citar prejuízos ao erário no caso de inexecução das ações ou execução com falhas que comprometam o seu funcionamento. Nesse caso, todo o recurso disponibilizado que foi mal-empregado ou não utilizado, deverá ser devolvido aos cofres públicos. Contudo, a população ficará prejudicada sem os benefícios esperados.

Com o objetivo de evitar que isso ocorra, a principal estratégia que deve ser utilizada é o monitoramento e acompanhamento gerencial, buscando o envolvimento dos entes envolvidos, desde o início da execução das ações até sua conclusão, objetivando a correção dos erros constatados no decorrer da execução.

h) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

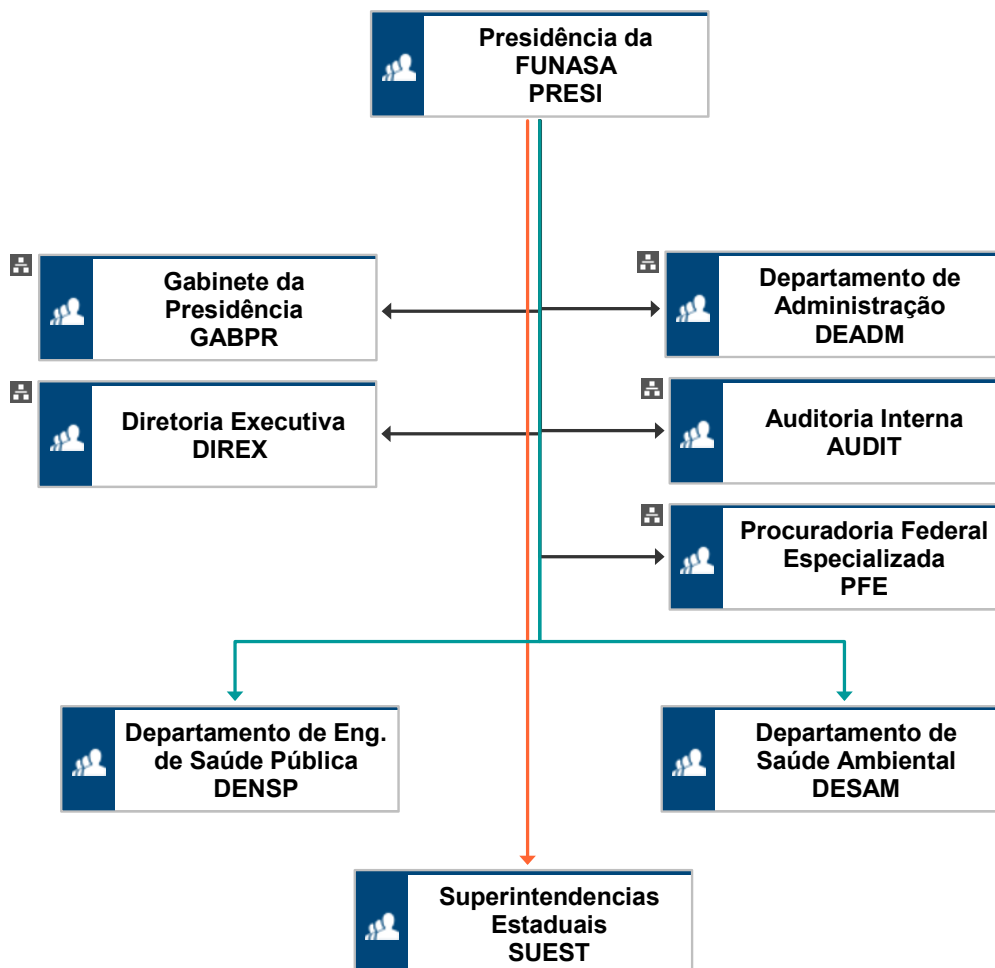
- Alterações de critérios técnicos, com emissão de novas Portarias.
- Implantação de novos Sistemas de Informação.
- Diminuição do número de técnicos habilitados e capacitados para o desenvolvimento das ações relacionadas à FUNASA.
- Deterioração das instalações, equipamentos e materiais, sem as devidas reposições, necessárias para o desenvolvimento das ações.
- Restrição no orçamento de custeio para pagamento de diárias, necessárias para o desenvolvimento e alcance das ações.
- Alterações de Portarias e Sistemas sem as devidas orientações e capacitações para o público envolvido, tanto interno como externo.
- Propostas de Realinhamento Estratégico – Construção de metas e indicadores

î) As informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

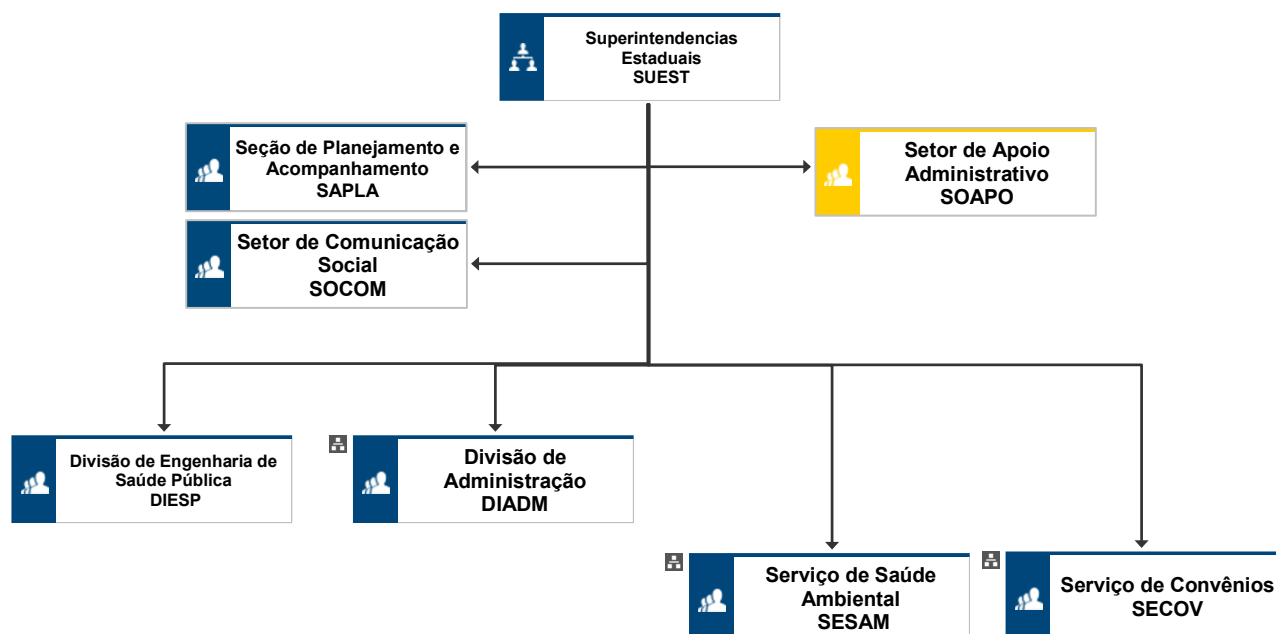
As Superintendências Estaduais da Funasa, estruturada em uma sede em cada Estado da Federação, não tem autonomia de atuação, sendo as unidades executora dos compromissos assumidos pela Instituição.

1.3. Organograma da Unidade

A Estrutura organizacional Macro da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA é representada pelo organograma a seguir:



ORGANOGRAMA MACRO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAÍBA

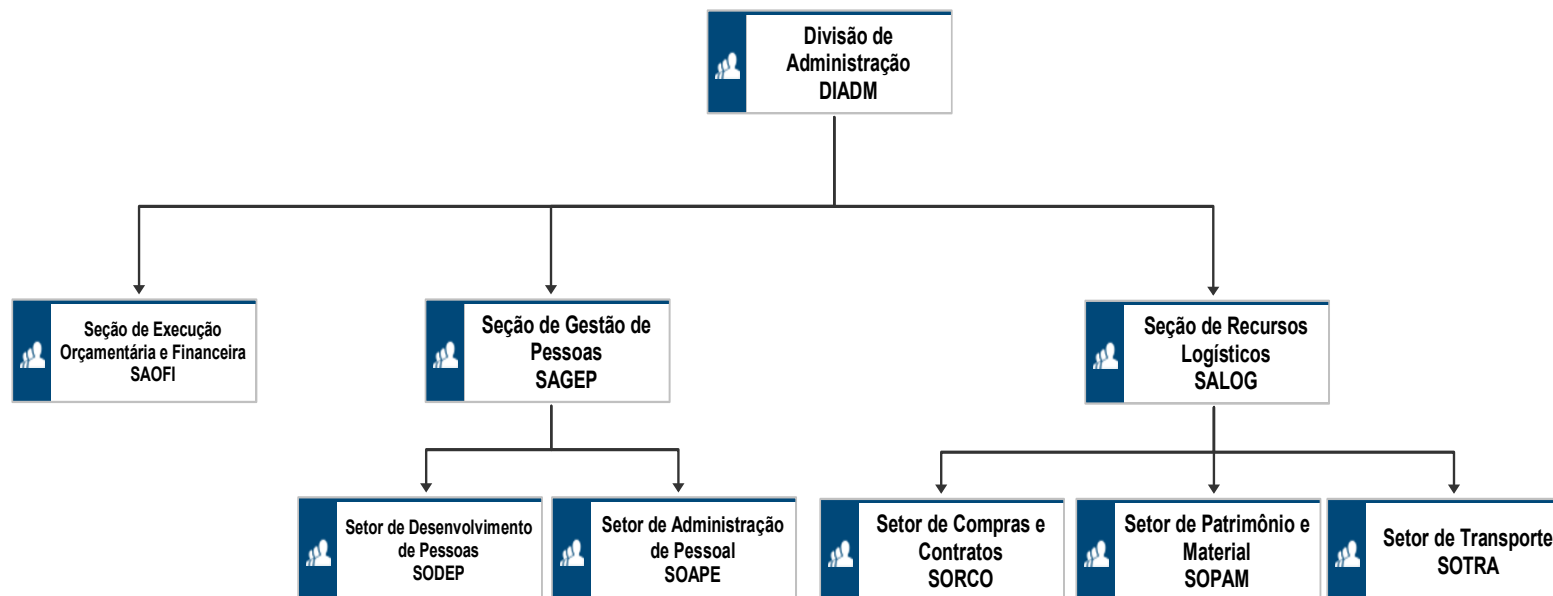


Às Superintendências Estaduais compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da FUNASA, em suas respectivas áreas de atuação.

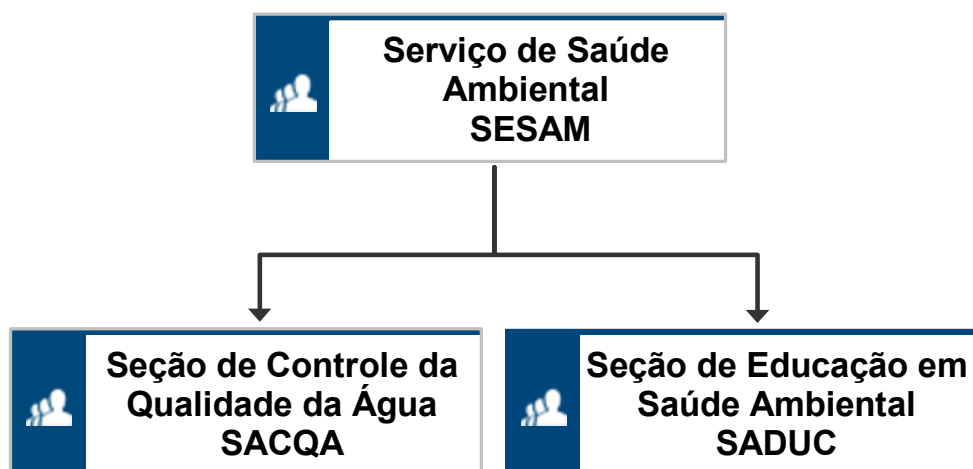
Superintendência Estadual da Paraíba – SUESTFUNASA/PB:

1. Seção de Planejamento e Acompanhamento - SAPLA;
2. Setor de Comunicação Social - SOCOM;
3. Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP;
4. Setor de Apoio Administrativo - SOAPO;
5. Divisão de Administração - DIADM;
 - 5.1. Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SAOFI;
 - 5.2. Seção de Gestão de Pessoas - SAGEP,
 - 5.2.1. Setor de Desenvolvimento de Pessoas - SODEP;
 - 5.2.2. Setor de Administração de Pessoal - SOAPE;
 - 5.3. Seção de Recursos Logísticos - SALOG;
 - 5.3.1. Setor de Compras e Contratos - SORCO;
 - 5.3.2. Setor de Patrimônio e Material - SOPAM
 - 5.3.3. Setor de Transporte - SOTRA;
6. Serviço de Saúde Ambiental - SESAM;
 - 6.1. Seção de Educação em Saúde Ambiental - SADUC;
 - 6.2. Seção de Controle da Qualidade da Água - SACQA;
7. Serviço de Convênios - SECOV;
 - 7.1. Setor de Celebração de Convênios - SOCEC;
 - 7.2. Setor de Prestação de Contas - SOPRE;

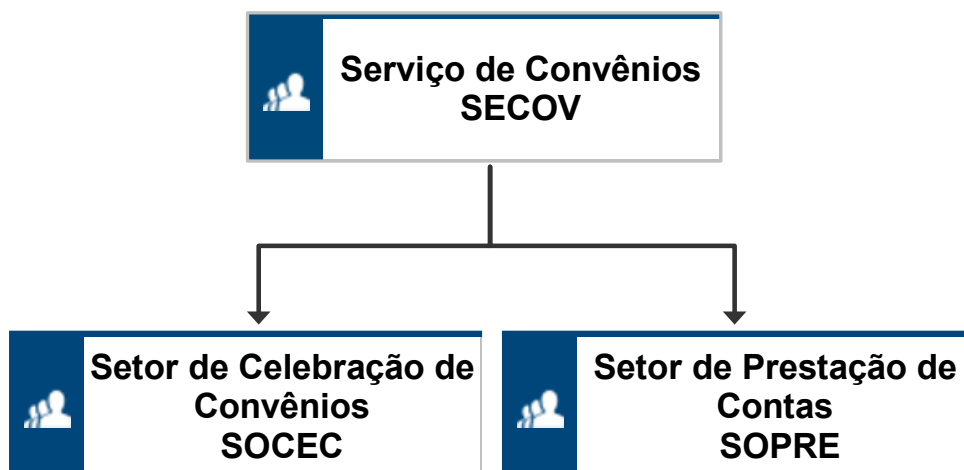
Estrutura da Divisão de Administração – DIADM:



Estrutura do Serviço de Saúde Ambiental – SESAM:



Estrutura do Serviço de Convênios – SECOV:



Quadro A.1.3 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Executar ações relacionadas a Saneamento Básico na Suest.	Osvaldo Balduino Guedes Filho	Chefe da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)	01/01/2016 à 25/10/2016
		Ruy Bezerra Cavalcanti Júnior		26/10/2016 à 31/12/2016
Serviço de Saúde Ambiental	Executar ações relacionadas a Saúde Ambiental na Suest.	Roberta Bezerra Marques	Chefe do Serviço de Saúde Ambiental (SESAM)	01/01/2016 à 31/10/2016
		Elma Maria de Araújo Pimentel		01/11/2016 à 27/12/2016
		Silene Lima Dourado Ximenes Santos.		28/12/2016 à 31/12/2016

Diante das alterações promovidas pelo Decreto nº 8.867, de 03 de outubro de 2016, informamos que até a conclusão do presente relatório. O regimento interno encontra-se em tramitação no Ministério da Saúde para aprovação. Por essa razão, não constará neste Relatório de Gestão.

1.4. Macroprocesso Finalístico

Os macroprocessos Finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Para execução das suas atividades finalísticas, a Funasa detém de três macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais, sendo eles: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações em Saúde Ambiental, Gestão de Parcerias de Convênios. As atividades ligadas a cada macroprocesso estão consubstanciadas nos tópicos a seguir.

Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública

Trata a relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da Funasa ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

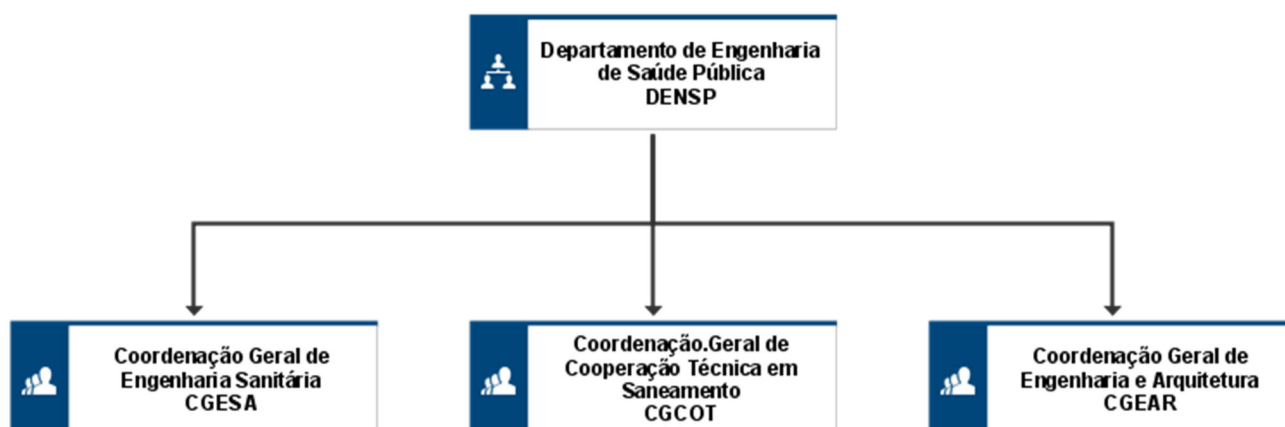
Fazem parte das prioridades da Funasa a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle, estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento básico. A Funasa, através das Superintendências Estaduais, realiza apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento.

A unidade responsável pelo macroprocesso é o Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP, e suas atribuições conforme o Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 11. Ao Departamento de Engenharia de Saúde Pública compete coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas a:

- I – formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para prevenção e controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento;*
- II – formulação e implementação de ações de saneamento e engenharia, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;*
- III – cooperação técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para a melhoria da gestão dos sistemas públicos de saneamento;*
- IV – sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais;*
- V – acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos a obras financiadas com recursos da Funasa; e*
- VI – fiscalização e acompanhamento das obras de engenharia financiadas com recursos da Funasa.”*

Estrutura Organizacional do DENSP (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016):



Quadro A. 1.4. Descritivo do macroprocesso: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	<p>Proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa.</p> <p>As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.</p>	<p>Obras de engenharia voltadas para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Resíduos Sólidos, Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), Melhorias Habitacionais para controle da Doença de Chagas (MHCDC), construção de Cisternas e Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).</p>	<p>Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.</p>	<p>Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP),</p> <p>Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP).</p>

Gestão de Ações de Saúde Ambiental

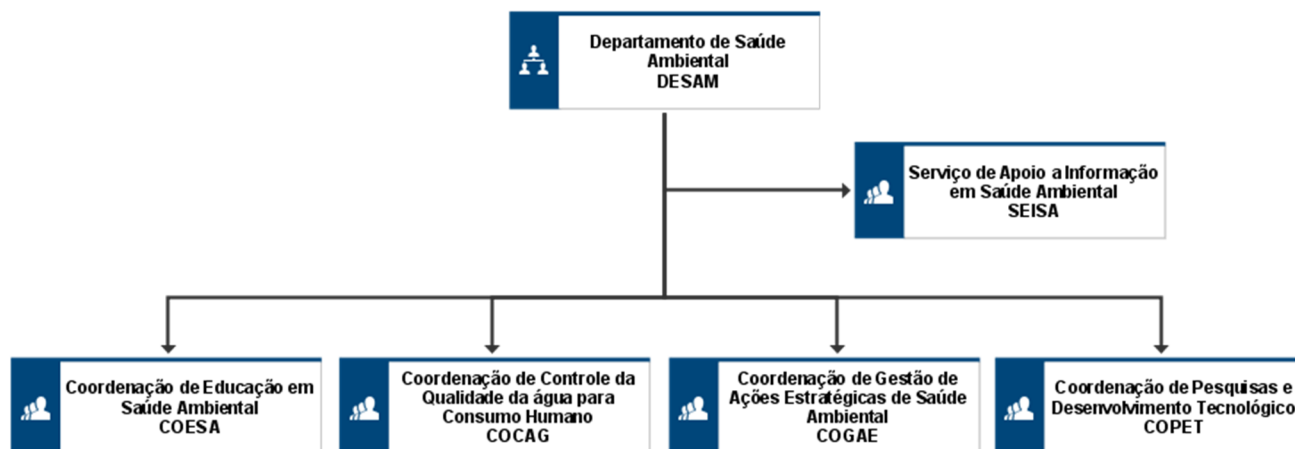
Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. No âmbito deste macroprocesso estão o controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

A unidade responsável pelo macroprocesso é o Departamento de Saúde Ambiental – DESAM e suas atribuições conforme Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 12. Ao Departamento de Saúde Ambiental compete planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas a:

- I – formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;*
- II – controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;*
- III – apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de atuação da Funasa; e*
- IV – fomento à educação em saúde ambiental.*

Estrutura Organizacional do DESAM (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016):



Quadro B. 1.4 Descritivo do macroprocesso: Gestão de Ações de Saúde Ambiental

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	<p>Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.</p> <p>No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.</p>	Ações de Controle da Qualidade da Água (CQA), Educação em Saúde Ambiental, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Gestão de Ações Estratégicas de Saúde Ambiental.	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Departamento de Saúde Ambiental (DESAM) e Serviço de Saneamento Ambiental (SESAM).

Gestão de Parcerias de Convênios

Comporta todos os processos relativos à celebração e gestão de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC (transferência obrigatória).

As unidades responsáveis pelo macroprocesso é a Diretoria Executiva - DIREX e a Coordenação Geral de Convênios – CGCON e suas atribuições conforme Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 7. À Diretoria Executiva, órgão seccional integrante dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal, compete planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas a:

- I – programas especiais do Governo federal afetos à Funasa;*
- II - elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento estratégico, dos planos anuais de trabalho e do plano plurianual;*
- III – elaboração de planos, programas e projetos que visem à melhoria da gestão, do desempenho e dos resultados institucionais;*
- IV – elaboração de propostas subsidiárias ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;*
- V – sistematização do processo de planejamento e avaliação das atividades institucionais, com base em indicadores de desempenho organizacional, e elaboração do relatório de gestão anual;*
- VI – gerenciamento administrativo dos acordos com organismos internacionais;*
- VII – celebração e acompanhamento dos convênios firmados pela Funasa e análise da prestação de contas dos recursos transferidos;*
- VIII – gestão orçamentária da Funasa; e*
- IX – elaboração da proposta orçamentária da Funasa, em conjunto com os demais Departamentos.”*

Quanto às atribuições da Coordenação Geral de Convênios, as mesmas estão em fase de aprovação do Regimento Interno da Funasa, que até o momento da elaboração deste Relatório de Gestão não havia sido aprovado e publicado, porém foi sugerido as seguintes competências:

“Art. 18. À Coordenação-Geral de Convênios - CGCON compete:

I - propor os procedimentos internos, em conformidade com as diretrizes institucionais, para a celebração, o gerenciamento e a prestação de contas de convênios, os termos de compromisso e instrumentos congêneres;

II - manter atualizados bancos de dados com informações sobre convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

III - acompanhar e disseminar a legislação aplicável ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres em nível central e unidades descentralizadas;

IV - coordenar as atividades relacionadas à celebração e à prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres celebrados pela FUNASA;

V - promover a gestão de convênios, de termos de compromisso e instrumentos congêneres nas unidades descentralizadas; e

VI - planejar, coordenar e supervisionar as atividades das coordenações subordinadas.

Estrutura Organizacional da DIREX (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016)



Quadro C. 1.4 Descritivo do macroprocesso: Gestão de Parcerias de Convênios

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Convênios	<p>Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória).</p> <p>As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.</p>	Execução e acompanhamento da Gestão de Convênios	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Coordenação Geral de Convênios (CGCON) e Serviço de Convênios (SECOV).

Para uma melhor definição das atividades desempenhadas por uma instituição, é necessário o mapeamento de seus processos, o desenho de seus fluxogramas que demonstram graficamente as atividades de cada área de negócio, bem como sua relação com as unidades representativas da Funasa nos estados - as Superintendências Estaduais.

A Funasa tem realizado um grande trabalho neste contexto. O mapeamento dos processos é realizado na Funasa desde 2009, por demanda das áreas de negócio, seguindo uma metodologia estabelecida pela norma MNP-MI-009A-2014 (versão atual em vigor da Norma MNP-MI-001-2009). Essa norma define a rotina de mapeamento de processos no âmbito da Funasa, que consiste em quatro etapas básicas:

1. **Planejamento:** Onde se define os processos a serem mapeados;
2. **Mapeamento:** Diagramação e descrição do fluxo do processo;
3. **Análise e Redesenho do Processo:** Análise da situação atual, redesenho e melhoria dos processos, criação de indicadores de desempenho.
4. **Implementação:** Normatização e implementação dos processos melhorada.

Com o mapeamento dos processos é possível identificar em quais etapas de um fluxo de trabalho há interação com as Superintendências Estaduais da Funasa, quais são suas atividades, insumos, entradas e saídas. Esse tipo de levantamento favorece o gerenciamento das atividades

desenvolvidas pelas Superintendências, bem como transparece a interação entre as unidades central e descentralizadas.

Em relação ao macroprocesso de Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, ainda não foram iniciados mapeamentos dos processos desta área finalística. Quanto ao mapeamento dos processos do macroprocesso de Gestão de Ações de Saúde Ambiental, foram iniciados os mapeamentos, análise e melhoria dos processos listados abaixo, com previsão de continuação dos demais macroprocessos no decorrer do ano de 2017:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Educação em Saúde	Fomentar ações de saúde ambiental.

O mapeamento inicial dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de “Gestão de Convênios”, bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Inovação e Infraestrutura Tecnológica/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Direx e serviu de subsídio para a identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Em outubro de 2014, até o presente momento, foi iniciado um novo ciclo de mapeamento dos processos de gestão de convênios no âmbito da Coordenação Geral de Convênios – CGCON, ainda em andamento, no intuito de melhorar continuamente os processos anteriormente mapeados, bem como normatizá-los, sendo eles:

- Celebração de Convênios
- Instruir para Repasse de Recursos
- Aditivos de Instrumentos de Repasse

- Prestação de Contas de Transferências Voluntárias
- Prestação de Contas de Transferências Obrigatórias
- Controlar Dados de Convênios
- Atender às Diligências dos Órgãos Externos

Os macroprocessos finalísticos mapeados e implementados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Essa seção, estruturada em três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados do desempenho orçamentário, resultados operacionais, demonstra como a Funasa planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas para o exercício de referência do relatório.

2.1. Planejamento Organizacional

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Em função da pendência de estabelecimento de um plano estratégico com definição dos objetivos estratégicos, metas e indicadores, passa-se analisar as estratégias adotadas para a realização do definido no Plano Plurianual.

Em cumprimento aos objetivos estratégicos definidos pela FUNASA/Presidência para o exercício de 2016, a Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba executou diversas ações, dentre elas: Por meio do Serviço de Saúde Ambiental-SESAM/Unidade Regional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água (URCQA) da Superintendência da Paraíba prestou apoio técnico e laboratorial para o controle da qualidade da água à Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA, Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena, Hospital de Traumatologia e Ortopedia da Paraíba. Ministrou capacitação na forma de Mini curso para 40 AISAN do Distrito Sanitário Especial Indígena da Paraíba (Dsei Potiguara).Realizou visitas técnicas para diagnóstico situacional e apoio ao controle da qualidade da água em 19 municípios, inclusos os referentes às comunidades de interesse especial do governo (assentamentos, comunidades quilombolas, comunidades indígenas e comunidades rurais), especialmente com Sistemas de abastecimento fomentados pela Funasa, totalizando 2.098 análises nessas localidades até outubro do corrente ano. Realizou Oficina de Capacitação de técnicos municipais em Operação de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água de comunidades rurais financiadas pela Funasa. Atendimento ao Ministério Público da Paraíba para realização de coleta e análises de água de municípios Paraibano. Participação em reuniões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Representou o Poder Público Federal no Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Sul. Participação no acompanhamento e análise de produtos de Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) de municípios Paraibano. Participação no Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas e Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Renovação no mês de julho do Convênio de Cooperação Técnica com o Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, visando o apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano nos municípios beneficiários do "Programa Água Para Todos". Participação das reuniões Técnicas no Programa Água Doce. Participação em audiência Público no Ministério Público sobre a Comunidades Quilombolas. Participação na formação de Grupo de Trabalho (GT) especial para trabalhar com as comunidades Quilombolas do estado da Paraíba. Por meio do Sesam/ Seção de Educação em Saúde Ambiental, forneceu orientações técnicas aos convênios dos municípios de Camalaú, Poço Dantas, Bernardino Batista, Natuba, Brejo dos Santos, Picuí e Cabedelo, acompanhou elaboração e analisou produtos de elaboração de PMSB de municípios paraibanos, participando da Força Tarefa dos membros do NICT/SUEST/PB, na realização das análises dos processos referentes aos PMSB da Paraíba; realizou Campanha de Enfretamento ao Aedes Aegypti com atividades de mobilização, realização de palestras, participação em

Videoconferências com a equipe da Sala de Situação Nacional e Estaduais, vistorias no imóvel da Suest/PB e realizações das ações preventivas de combate ao mosquito *Aedes Aegypti* em parcerias com várias instituições; Participação nas atividades em comemoração do Dia Mundial da Água com a exposição da Unidade Móvel para Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano - UMCQA e distribuição de cartilhas e panfletos; Participação da Funasa em reuniões ordinárias e oficina de planejamento estratégicos das ações do CHB-LN (Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte). Participação em reunião da Câmara Técnica de Planejamento Institucional – CPTI do CHB-LN. Participação em reunião entre a diretoria do CBH-PB (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba) e várias instituições. Participação em reuniões ordinária e extraordinária do CBH-PB. Participação nas atividades em comemoração à Semana do Meio Ambiente com exposição de stander, distribuições de materiais educativo e exposição da UMCQA. Participação em eventos e reuniões interinstitucionais, tais como: 3ª Reunião Ordinária do FOCCO – Fórum de Combate a Corrupção, Federação das Associações de Municípios da Paraíba e o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável São Saruê e do Núcleo de Gestão do Programa Água Doce. Divulgação e orientações aos municípios sobre o Edital de Chamamento Público Nº 02/2016/DESAM/FUNASA/MS. Participação na reunião do Programa Água Doce – PAD, objetivando apresentação dos custos financeiros de implantação, operação e manutenção do Sistema de Dessalinização, implantação nos padrões do referido programa. Entre outras reuniões e ações internas, em nível de Superintendência e Presidência nas reuniões de Diretoria ampliada.

Através da Divisão de Engenharia de Saúde Pública foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- ANÁLISE DOS NOVOS PROJETOS QUE FORAM SELECIONADOS E ATÉ ENTÃO APRESENTADOS NESTA SUEST/DIESP/PB PARA FINANCIAMENTO DE AÇÕES DE:

Melhoria sanitárias domiciliares, melhoria habitacional e sistemas de resíduos sólidos – atendendo os municípios de Brejo do Cruz, Cacimbas, Cubati, Frei Martinho, Junco de Seridó, São José de Princesa e Tenório, objetivando a construção de 244 Melhorias Sanitárias Domiciliares e a reconstrução de 15 Unidades Habitacionais, no valor total de R\$ 3.498.068,00. Todos os projetos já foram analisados e encaminhadas as pendências para correções e possível aprovação, portanto, 100% de alcance da ação planejada,

- ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES QUE ESTAVAM EM ANDAMENTO, INCLUSIVE O ENCERRAMENTO DO PASSIVO EXISTENTE:

Programa CATAFORTE - atendendo os municípios de João Pessoa, Santa Rita, Pedras de Fogo, Campina Grande, Pombal, Patos, Cajazeiras e Uiraúna, no valor total de R\$ 1.506.704,00. Essa ação ainda não foi iniciada, ou seja, o alcance da ação planejada é de 0%.

Melhoria habitacional para o controle da doença de chagas – atendendo o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Cariri Ocidental(CISCO), atendendo os municípios de Amparo, Camalau, Congo, Gurjão, Livramento, Monteiro, Parari, Prata, Serra Branca, São João do Cariri, São José dos Cordeiros, Sumé e Zabelê, objetivando a reconstrução de 526(quinhetos e vinte e seis) e restauração de 43(quarenta e três) unidades habitacionais, no valor de R\$ 19.590.000,00(dezenove milhões, quinhentos e noventa mil reais); Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Piancó, atendendo os municípios de Aguiar, Conceição, Coremas, Emas, Ibiara, Igaracy, Itaporanga, Nova Olinda, Pedra Branca, Piancó e Santana dos Garrotes, objetivando a reconstrução de 682(seiscentos e oitenta e dois) e restauração de 29(vinte e nove) unidades habitacionais, no valor de R\$ 26.708.606,00 (vinte e seis milhões, setecentos e oito mil, seiscentos e seis reais); realização de convênios com os municípios de Patos com a reconstrução de

386(trezentos e oitenta e seis) e restauração de 169(cento e sessenta e nove) unidades habitacionais, no valor total de R\$ 16.842.419,00(dezesseis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e dezenove reais) e de São Bento com a reconstrução de 224(duzentos e vinte e quatro) e restauração de 29(vinte e nove) unidades habitacionais, no valor total de R\$ 7.371.370,00(sete milhões, trezentos e setenta e um mil e trezentos e setenta reais), convênios firmados com Aguiar, Bernardino Batista, Bonito de Santa Fé, Boqueirão, Cacimbas, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Casserengue, Joca Claudino, Juru, Mãe D'água, Malta, Manaira, Mataraca, Mato Grosso, Mulungu, Nazarezinho, Nova Olinda, Passagem, Pedra Lavrada, Pedro Regis, Picui, Poço Dantas, Santa Ines, Santa Teresinha, Santana dos Garrotes, São Francisco, São João do Rio do Peixe, São José de Espinharas, São José Princesa, São José de Sabugi, São Mamede, Triunfo, Uirauna, no montante total é R\$ 89.935.063,03 . Dos 26 instrumentos que estão em execução, 12 foram visitados, ou seja, um alcance de 48% da ação planejada. Dos 25 instrumentos que estão em fase de encerramento, 23 foram encerrados com Parecer Técnico conclusivo, ou seja, 92% de alcance da ação planejada.

Sistema de esgotamento sanitário – atendendo os municípios de Alagoa Nova, Alagoinha, Aparecida, Arara, Barra de São Miguel, Belém do Brejo do Cruz, Boa Ventura, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Boqueirão, Caaporã, Cabaceiras, Cachoeira dos Índios, Cacimbas, Camalau, Caraubas, Coremas, Coxixola, Curral Velho, Damião, Gurjão, Inga, Juazeirinho, Livramento, Mãe D'água, Matureia, Mogeiro, Monteiro, Nazarezinho, Parari, Pianco, Poço de Jose de Moura, Quixaba, Riacho dos Cavalos, Santa Helena, Santana dos Garrotes, Santo Andre, São Bentinho, São Bento, São Domingos de Pombal, São Domingos do Cariri, São Francisco, São João do Cariri, São Jose da Lagoa Tapada, São José de Piranhas, São José de Princesa, São José dos Cordeiros, Serra Branca, Soledade, Sumé, Tacima, Taperoá, Tavares, Triunfo, Vista Serrana, objetivando a construção de esgotamentos sanitários, no montante de R\$ 264.406.050,44. Dos 35 instrumentos que estão em execução, 22 foram visitados, ou seja, um alcance de 63% da ação planejada. Dos 28 instrumentos que estão em fase de encerramento, 12 foram encerrados com Parecer Técnico conclusivo, ou seja, 43% de alcance da ação planejada.

Melhoria sanitária domiciliar - atendendo os municípios de Brejo do Cruz, Congo, Cajazeiras, Cacimbas, Cassarengue, Catingueira, Gurinhem, Mamanguape, Mogeiro, Natuba, Nova Palmeira, Pedra Branca, Pedra Lavrada, Santa Cecilia, São Bento, Soledade, Sossego, Tenório, Alcantil, Amparo, Baraúna, Bernadino Batista e Barra de Santa Rosa, no valor de R\$ 2.637.902,80. Dos 17 instrumentos que estão em execução, 10 foram visitados, ou seja, 59% de alcance da ação planejada. Dos 27 instrumentos que estão em fase de encerramento, 25 foram encerrados com Parecer Técnico conclusivo, ou seja, 92% de alcance da ação planejada.

Implantação de sistema de resíduos sólidos nas cidades de Barra de São Miguel, Dona Inês, Ingá, Poço Dantas, Vieiropolis, no valor de R\$ 13.449.047,1. Dos 03 instrumentos que estão em execução, 02 foram visitados, ou seja, 67% de alcance da ação planejada. Dos 08 instrumentos que estão em fase de encerramento, 03 foi encerrado com Parecer Técnico conclusivo, ou seja, 36% de alcance da ação planejada.

Sistema de abastecimento de água – atendendo os municípios de Água Branca, Coxixola, Desterro, Imaculada, Manaira, São José dos Cordeiros, Aguiar, Bom Jesus, Cachoeira dos Indios, Cajazeirinhas, Nazarezinho, Riacho dos Cavalos, São Jose de Espinharas, São José de Espinharas, São José do Sabugi, Triunfo, Algodão de Jandaira, Alhandra, Barra de Santa Rosa, Cuité, Frei Martinho, Nova palmeira, Picui, Riachão do Bacamarte, Solanea, Araçagi, Baia da Traição, Barra de Santa Rosa, Boa Ventura, Bom Socesso, Boqueirão, Caraubas, Catingueira, Conceição, Emas, Ibiara, Igaracy, Malta, Patos, Pianco, Santana de Mangueira, Condado, Conde, Congo, Emas, Gurjão, Imaculada, Itapororoca, Itatuba, , Joca Claudino, Lastro, Paulista, Pedra Lavrada, Pianco, Pombal, Princesa Isabel, Queimadas, Quixaba, Riachos dos Cavalos, Santa Ines, Santana dos Garrotes, São Bento, Santa Inês, São João do Rio do Peixe, São João do Tigre, São José de Caiana, São José de Espinharas, São José do Sabugi, São Mamede, São Sebastião do Umbuzeiro, triunfo, no valor de R\$79.334.994,26. Dos 28 instrumentos que estão em execução, 14 foram visitados, ou seja,

50% de alcance da meta planejada. Dos 54 instrumentos que estão em fase de encerramento, 25 foram encerrados com Parecer Técnico conclusivo, ou seja, 46% de alcance da ação planejada.

Elaboração de planos municipais de saneamento básico-PMSB – atendendo os municípios de Juazeirinho, Lagoa de Dentro, Mataraca, Mogeiro, Nova Floresta, Riacho de Santo Antônio, Santa Luzia, São José do Brejo da Cruz, Taperoá e Tenório, valor de R\$1.803.151,51. Dos 11 instrumentos que estão em execução, 05 foram visitados, ou seja, 45% de alcance da ação planejada. Dos 11 instrumentos que estão em fase de encerramento, nenhum foi encerrado, ou seja, 0% de alcance da ação planejada.

O Serviço de Convênios-SECOV emitiu 86 (oitenta e seis) Pareceres Financeiros de prestação de contas parciais e finais, instaurou 36 (trinta e seis) Cobranças Administrativas e 25 (vinte e cinco) Tomadas de Contas Especiais.

As principais dificuldades para o alcance das ações planejadas e acima detalhadas devem-se a morosidade na execução das ações, a insuficiência ou inexistência de técnicos para o acompanhamento satisfatório das ações, insuficiência ou inexistência de equipamentos necessários, ineficiência das ferramentas de gestão, tais como o Sistema de Informação, Portarias e Manuais.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Em 2012 houve a definição dos seguintes referenciais estratégicos da Funasa em decorrência das alterações estatutárias ocorridas pela Lei n. 12.314, de 19.08.2010:

» **Missão**

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

» **Visão de Futuro**

Até 2030, a Funasa, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

» **Valores**

- Ética;
- Equidade;
- Transparência;
- Eficiência, Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;
- Compromisso socioambiental.

Naquela oportunidade, não houve desdobramento dos referenciais em objetivos estratégicos da Funasa, tal fato inviabilizou a definição de metas e indicadores de desempenho institucional.

A Funasa, como integrante do componente de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), atuou no período de 2007 a 2010, em articulação com os Ministérios das Cidades e da Integração Nacional nos eixos: Saneamento em Áreas Especiais, Saneamento em áreas de relevante interesse epidemiológico, Saneamento em municípios com população total de até 50 mil habitantes, Saneamento Rural e Ações complementares de saneamento.

Nos anos de 2011 a 2014, período referente ao PAC 2, a Funasa desenvolveu ações referentes aos Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotamento Sanitário, Melhorias Sanitárias Domiciliares, Elaboração de Projetos e Saneamento Rural.

Assim sendo, os esforços da Funasa foram concentrados na execução do programa de governo. Nesse sentido, a Funasa adotou como objetivos institucionais aqueles estabelecidos nos referidos programas governamentais.

Nos anos de 2012 a 2015, foi utilizada a ferramenta MS Project para acompanhamento das ações desenvolvidas pela Funasa em decorrência à execução do PAC 1 e 2, bem como outras ações consideradas relevantes pela Alta Direção.

Neste contexto, chega-se ao ano de 2016 em um cenário com grave crise político-econômica do país com reflexos diretos na Funasa que, imbuída da importância da sua missão institucional e com o foco no alcance da sua visão de futuro, impulsionou a discussão com vistas à elaboração do Plano Estratégico da instituição, partindo-se dos referenciais estratégicos definidos em 2012, para tal, iniciou o Ciclo de Realinhamento Estratégico, como estratégia para definir os objetivos estratégicos que nortearão suas ações e decisões nos próximos anos, bem como, metas e indicadores para o monitoramento do desempenho institucional.

Este Ciclo de Realinhamento Estratégico está sendo elaborado de forma participativa, partindo-se da análise dos fatores e ambientes internos, assim como, dos fatores e cenários externos.

A primeira atividade realizada em 2016 foi o diagnóstico institucional, o qual foi dividido em duas fases, a interna e a externa. A fase interna compreendeu a realização de uma pesquisa com os colaboradores da instituição por meio da aplicação de um questionário online e impresso. A SUEST/FUNASA/PB teve uma participação de 27,7% dos seus servidores nas respostas dos questionários. Na fase externa, foi realizada uma pesquisa junto aos agentes externos críticos para o sucesso da missão da instituição com aplicação de um questionário diferenciado para este público.

Em resultado a esta atividade foi elaborado o Relatório do Diagnóstico Institucional com a apresentação dos resultados das pesquisas (externa e interna), o qual foi apresentado e disponibilizado para o público interno.

Concomitantemente, foram realizadas oficinas estratégicas (departamentos da Funasa Presidência e Superintendências Estaduais) para construção gradativa dos objetivos estratégicos. Estas oficinas contaram com a presença dos diretores, coordenadores-gerais, coordenadores e técnicos, considerando se tratar de processo participativo, ou seja, os objetivos estratégicos devem ser pactuados com as principais lideranças da Funasa e seu corpo técnico.

Nas oficinas estratégicas foram apresentadas as diretrizes do trabalho, a metodologia a ser aplicada, e posteriormente foi realizada a análise crítica dos pontos levantados/respondidos anteriormente pelas equipes para a elaboração do ranking dos principais pontos, os quais subsidiarão a elaboração dos objetivos de acordo com sua importância (cumprimento da missão institucional), sua urgência (resolução/priorização) e sua tendência (piorar/melhorar com rapidez ou de forma lenta).

Como produto destas oficinas foi construída a Matriz *Swot* da Funasa disponibilizada e apresentada para o público interno, de forma a contribuir, juntamente com o Relatório do Diagnóstico Institucional, para a elaboração dos objetivos estratégicos, metas e indicadores para o Planejamento Estratégico da instituição.

Este terceiro momento será realizado em conjunto com todas as áreas e abordará a elaboração dos objetivos estratégicos e seus desdobramentos em metas e indicadores. Esta etapa de consolidação dos objetivos será finalizada no mês de abril/2017.

Abaixo, seguem os resultados e avaliação dos dados coletados no diagnóstico institucional.

Na busca da elaboração dos objetivos estratégicos da Funasa, os resultados do Diagnóstico Institucional apontaram que as atividades desempenhadas pelos servidores e colaboradores da instituição contribuem no cumprimento de sua missão. Sobre a visão de futuro, a maioria dos servidores não soube opinar ou não acredita que a Funasa será até 2030 uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental. No tocante aos valores

institucionais, constatou-se que os valores melhores avaliados foram a ética, a transparência, o compromisso socioambiental e, a eficiência, eficácia e efetividade, sendo necessário avançar nos valores equidade e valorização dos servidores.

Quanto ao processo decisório, é necessário possibilitar maior participação da força de trabalho nas decisões, que são baseadas em fatores técnicos e políticos, sendo que apenas 8% consideraram que essas decisões são baseadas somente em fatores técnicos, o que pode fragilizar o alcance da visão de futuro e cumprimento da missão. A liderança foi considerada satisfatória e, a avaliação das decisões tomadas pelas chefias foram consideradas regulares.

A gestão administrativa foi avaliada como regular para seus aspectos, embora, o cenário apontado é de inadequada articulação entre as áreas, dificuldade de cumprimento de prazos definidos, indicação de atividades não alinhadas totalmente às normas e aos procedimentos, além das áreas não estarem devidamente estruturadas ao volume de trabalho, havendo há necessidade de alinhar os processos de trabalho aos resultados almejados pela Funasa.

Nesse contexto, a modernização administrativa, foi indicada como a principal melhoria para o processo de decisão e gestão administrativa, sendo uma potencial contribuição para a superação das deficiências apontadas na gestão administrativa.

O fator humano é essencial para o sucesso da instituição em todos os seus aspectos, havendo um apontamento para a existência de disfunções relacionadas à gestão de pessoas as quais podem comprometer o desempenho das atividades. Tal apontamento foi endossado pela alta incidência de propostas de melhorias relacionadas à gestão de pessoas que devem ser conduzidas pela Funasa, sendo elencados os seguintes pontos críticos: i) Baixo incentivo à iniciativa e à criatividade; ii) Capacitações não atendem às necessidades das áreas; iii) Não oportunização de cargos de liderança para os servidores; iv) Quantitativo de servidores considerado insuficiente; v) Insatisfação em relação à remuneração; vi) Condições do ambiente de trabalho que impactam na saúde do servidor/colaborador; e vii) desvio de função.

A valorização dos servidores e colaboradores pode impactar na melhoria dos resultados, é importante, portanto que Funasa capacite sua força de trabalho, elabore um Plano de Cargos e Salários e melhore a remuneração. Também como proposta de valorização dos servidores e colaboradores foi apontada a gestão por competência, que é capacidade de gerir, com conhecimento, habilidade e atitude, englobando aspectos de conhecimento técnico, prático, experiência, e ainda o comportamento humano, como forma de estimular o desenvolvimento profissional da força de trabalho. Esse modelo de gestão foi sugerido também como forma de melhoria para o processo de decisão e gestão administrativa.

No tocante à gestão do conhecimento, há a preocupação quanto à perda do conhecimento em decorrência da saída de servidores, para a qual deverá ser implantada uma prática de retenção deste conhecimento.

O maior desafio apresentado para a Funasa foi alcançar maior efetividade das suas ações, além do próprio cumprimento da missão institucional, ou seja, a promoção da saúde e as ações de saneamento foram vistos também como desafios. No entanto, não será suficiente a Funasa modernizar-se, corrigir as disfunções internas apontadas, e superar os desafios sem comunicar de forma tempestiva os resultados das suas ações, tanto para o público interno quanto o externo. As ações de comunicação/informação deverão ser objeto de aprimoramento, no intuito de potencializar os resultados a serem alcançados.

A gestão técnica é outro desafio para a Funasa. Nesse ponto, a adoção de critérios técnicos é uma necessidade veemente, ou seja, os processos de trabalho e decisórios deverão estar tecnicamente convergentes com os referenciais estratégicos (missão, visão e valores). Assim, considerando que a Funasa almeja ser referência nas ações de saneamento e saúde ambiental, a gestão técnica tornar-se-á fundamental na elaboração dos objetivos estratégicos. A necessidade de adoção de uma gestão participativa, na qual as decisões são compartilhadas com os demais membros para fins de contribuição no processo de tomada de decisão, foi apresentada.

Configura-se como outro desafio a redução da ingerência política na instituição, observa-se que a redução desta ingerência política foi considerada como necessária para a melhoria dos processos de decisão e gestão administrativa, na expectativa da sociedade em relação à Funasa, e inclusive como forma de valorização dos servidores.

A sociedade espera de uma instituição que tem a promoção da saúde e a inclusão social como missão, que ela atue com eficiência, sendo isto apontado de forma clara, ou seja, cumprir com sua missão, e também esperar que haja comunicação/informação efetiva para/com a sociedade. Na perspectiva interna, a sociedade espera ainda o compromisso e dedicação, alinhados a uma atuação ética e transparente.

O diagnóstico identificou distorções existentes na Funasa, mas também coletou propostas de melhoria já apresentadas (modernização, comunicação/informação, valorização dos servidores, eficiência e gestão de pessoas), e outras a serem implantadas como o acompanhamento e avaliação das ações executadas.

O enfrentamento dos desafios enseja o estreitamento do relacionamento da Funasa com parceiros, os quais contribuem para o desempenho da missão institucional. Na perspectiva destes, a maior contribuição da Funasa para a população é a promoção da saúde, seguida da universalização do saneamento dentro das competências institucionais. Os parceiros ressaltaram a importância da educação em saúde, o apoio técnico aos municípios e inclusão social como contribuições para melhoria da qualidade de vida. No entanto, é necessária a melhoria da comunicação com parceiro, assim como o nível de transparência das ações e, em consonância com os resultados da pesquisa interna, a Funasa também deverá melhorar a divulgação dos seus resultados.

Conhecer as oportunidades é fundamental na elaboração dos objetivos estratégicos, pois permite a Funasa aproveitá-las em prol da melhoria dos seus resultados. A visão externa apresentou como oportunidade a própria ampliação das parcerias, o enfrentamento ao déficit de saneamento existente no país, e ainda o apoio técnico aos municípios, ressaltando a capilaridade da instituição, que permite uma atuação em todo o território brasileiro.

Por outro lado, as ameaças se apresentam como desafiadoras. A principal ameaça apontada pelos parceiros foi a falta de comunicação e informação das ações da Funasa, seguida da crise econômico-financeira do país. A fragilidade técnica e de gestão dos municípios, a morosidade na análise e acompanhamento, e a falta de planejamento integrado foram apontadas como ameaças que a Funasa deverá neutralizar para obter melhores resultados.

As principais ações sugeridas pelos parceiros para fortalecimento da relação entre as instituições foram apoio técnico, realização de encontros periódicos e desenvolvimento de capacitações. Os parceiros propuseram que a Funasa desburocratize seus processos de forma a imprimir maior celeridade nos seus resultados. A elaboração de estudos e pesquisas foi outra ação apontada como forma de fortalecimento da parceria. Assim como, a gestão participativa, também citada, poderá melhorar a articulação entre as instituições.

Em consonância com os referenciais estratégicos da Funasa, os parceiros identificaram a promoção da saúde como principal objetivo estratégico da instituição. Outros objetivos, tais como, universalização do saneamento, educação em saúde, apoio técnico, parcerias e ampliação da atuação, foram propostos de modo que a instituição continue contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

As disfunções e outros aspectos que afetam a saúde e a eficiência da instituição foram apontadas, cabe diante da perspectiva do Planejamento Estratégico, tentar reverter estas disfunções na proporção da capacidade da instituição para mudar as suas práticas. Há necessidade de alinhamento das estratégias, da cultura, dos sistemas de trabalho aos referenciais estratégicos estabelecidos (missão, visão e valores). Nesse sentido, estes resultados da análise efetuada serão essenciais para fundamentar a construção dos objetivos estratégicos, sendo utilizado para além da identificação das deficiências organizacionais, tornando possível o impulsionar das mudanças necessárias.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Como informado anteriormente, não houve a finalização do plano estratégico da Funasa. Assim, os projetos prioritários são definidos em consonância com os objetivos do Plano Plurianual (2016-2019). Entretanto a Funasa não é responsável por objetivo no PPA, sendo que as realizações da Funasa contribuem para alcance dos objetivos de responsabilidade do Ministério da Saúde e do Ministério das Cidades.

2.2 Desempenho Orçamentário

2.2.1 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

2.2.1.1 Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Receptores

Quadro A.2.2.1.1 Prestação de contas sobre transferências concedidas.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Superintendência Estadual da Funasa-PB				
CNPJ: 26.989.350.0012/79		UG/GESTÃO: 255015		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	23	
		Montante Repassado	21.103.329,37	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	16	
		Montante Repassado	23.499.634,14	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	04	
		Montante Repassado	9.450.000,00	

Fonte: SECOV/SUEST/PB

2.2.1.2 Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

Quadro A.2.2.1.2 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Superintendência Estadual da Funasa-PB				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos repasse	de ...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	42		
	Quantidade reprovada	44		

	Quantidade de TCE instauradas	25		
	Montante repassado (R\$)	37.077.419,05		
Contas analisadas NÃO	Quantidade	138		
	Montante repassado (R\$)	63.581.363,85		
Fonte: SECOV/SUEST/PB				

2.2.1.3 Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores

Quadro A.2.2.1.3 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Estadual da Funasa-PB					
UG/GESTÃO: 255015					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios			03		135
Contratos de repasse					
...					
...					

Fonte: SECOV/SUEST/PB

ANÁLISE CRÍTICA

- As medidas adotadas no que diz respeito as irregularidades constatadas é esgotar todas as medidas administrativas objetivando a obtenção das regularizações pretendidas, no caso de insucesso e o registro de inadimplência seja inevitável, de imediato instaura-se a competente Tomada de Contas Especial-TCE/e ou abertura da Cobrança Administrativa, conforme versam os artigos 31 e 32 da IN/STN-01/97, e Ordem de Serviço/Funasa nº. 02/2012.
- Não ocorreram razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios.
- As prestações de contas estão sendo analisadas, contudo não estão sendo observados em sua totalidade os prazos regulamentares estabelecidos no artigo 31, da IN/STN-01/97, haja vista

o grande número de convênios para o número de servidores lotados no Setor de Prestação de Contas/SECOV, que desenvolvem tais atividades.

- Em 2016 foram elaborados 100 Pareceres Financeiros, sendo 42 de aprovação final, 44 de não aprovação e 16 reanálises, foram instauradas 25 Tomada de Contas Especial, abertas 36 Cobranças Administrativas, e atendidas 159 diligências ao Órgão de Controles.
- Quanto as prestações de contas dos convênios expirados até 2016 as análises evoluíram de forma satisfatória na Suest-PB, como também em atendimento ao Memorando Circular nº. 03/2015/CGCON/DEADM, de 15/10/2015, os processos de convênios expirados até junho de 2015, aptos para análise da prestação de contas (prestação de contas final e parecer técnico final) foram encaminhados para análise na CGCON/Presidência.
- No ano de 2016 foram capacitados na área de convênios 06 (seis) servidores, sendo 03 (três) em capacitação objetivando atualização e orientações sobre transferências voluntárias e obrigatórias repassada pela Funasa por meio de convênios, e 03 (três) na capacitação inicial sobre o Sistema eletrônico de tomada de contas especial da FUNASA (SITCE).
- Quanto a análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ, é de praxe neste Serviço de Convênios a verificação da compatibilidade entre as transferências de valores e a plena execução da etapa de engenharia correspondente.

2.2.2 Informações sobre a Execução das Despesas

2.2.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro A.2.2.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.640.786,76	64,2	1.455.150,34	62,0	1.561.267,46	63,5	1.350.705,77	60,5
a) Convite								
b) Tomada de Preços								

c) Concorrência								
d) Pregão	1.640.786,76	64,2	1.455.150,34	62,0	1.561.267,46	63,5	1.350.705,77	60,5
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	511.945,69	20,0	433.643,26	18,5	491.569,28	20,0	424.209,22	19,0
h) Dispensa	6.750,00	0,3	4.257,10	0,2	6.750,00	0,3	4.257,10	0,2
i) Inexigibilidade	505.195,69	19,7	429.386,16	18,3	484.819,28	19,7	419.952,12	18,8
3. Regime de Execução Especial	10.589,05	0,4	10.000,93	0,4	10.589,05	0,4	10.000,93	0,4
j) Suprimento de Fundos	10.589,05	0,4	10.000,93	0,4	10.589,05	0,4	10.000,93	0,4
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	394.519,78	15,4	448.846,99	19,1	394.519,78	16,1	448.846,99	20,1
k) Pagamento em Folha	108.809,13	4,2	124.711,12	5,3	108.809,13	4,4	124.711,12	5,6
l) Diárias	285.710,65	11,2	324.135,87	13,8	285.710,65	11,6	324.135,87	14,5
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	2.557.841,28	100	2.347.641,52	100	2.457.945,57	100	2.233.762,91	100

6. Total das Despesas da UPC	2.557.841,28	100	2.347.641,52	100	2.457.945,57	100	2.233.762,91	100
------------------------------	--------------	-----	--------------	-----	--------------	-----	--------------	-----

Fonte: DIREX/CGPLA

2.2.2.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro A.2.2.2.2 Despesas por grupo de elemento de despesa

Unidade Orçamentária	Superintendência Estadual da Funasa-PB		Código UO	255015	UGO	36211				
DESPESAS CORRENTES										
Grupo de Despesa	Elemento de Despesa		Empenhadas		Liquidadas		RP não processado		Valores Pagos	
			2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1 – Pessoal e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras despesas correntes	08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	94.569,38	108.590,25	94.569,38	108.590,25	0,00	0,00	94.569,38	108.590,25
	14	DIÁRIAS - CIVIL	285.710,65	324.135,87	285.710,65	324.135,87	0,00	0,00	285.710,65	324.135,87
	30	MATERIAL DE CONSUMO	250.754,62	242.373,17	237.932,10	242.373,17	12.822,52	0,00	237.932,10	202.373,17
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	43.809,30	0,00	43.809,30	0,00	0,00	0,00	43.809,30	0,00
	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	900.934,87	768.543,96	900.934,87	768.543,96	0,00	0,00	821.415,57	704.099,39
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	993.734,35	928.385,24	971.681,85	890.556,10	22.052,50	37.829,14	951.305,44	881.122,06
	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	11.744,89	4.359,65	11.744,89	4.359,65	0,00	0,00	11.744,89	4.359,65
	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.304,04	9.082,52	5.304,04	9.082,52	0,00	0,00	5.304,04	9.082,52
DESPESAS DE CAPITAL										
4 - Investimentos	51	OBRAS E INSTALACOES	3.935.553,53	0,00	0,00	0,00	3.935.553,53	0,00	0,00	0,00
	52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	6.154,20	0,00	6.154,20	0,00	0,00	0,00	6.154,20	0,00

5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DIREX/CGPLA

Análise Crítica:

Foi elaborada a programação orçamentária desta UPC, dentro dos limites orçamentários estabelecidos pela presidência da FUNASA, para cada ação a ser desenvolvida. Após aprovação da programação orçamentária, ocorreu a descentralização dos créditos por movimentação interna para o custeio das despesas inerentes as ações programadas, tendo ocorrido de forma satisfatória a realização das programações previstas para serem executadas.

Nas despesas totais pagas no exercício de 2016 ressalta-se que não houve despesa corrente nos grupos de despesas: Pessoal e encargos sociais, Juros e encargos da dívida, Inversões financeiras e Amortização da dívida.

Com relação as despesas pagas por modalidade de contratação no exercício de 2016, destaca-se uma diferença mínima dos valores que foram empenhados e os que foram liquidados, portanto dentro da execução orçamentária e financeira não houve consequências do que foi programado para o executado.

As razões que determinaram contratações em volumes significativos com base na inexigibilidade são em decorrência de não haver concorrência para contratações de alguns serviços como: ENERGISA, CAGEPA e CORREIOS.

2.3 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Quadro A.2.3.6 – Indicadores de Desempenho - Saúde Ambiental e Saneamento

Indicador 1

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência ^a				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$	$\frac{08}{9} \times 100$	Sigob e Siconv	Anual	100%	-	35%	15,69%	-	88,88

Fonte: Desam

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de municípios (08) apoiados tecnicamente pela Suest/PB no período, considerando o universo total de municípios programados (9) para o período, atingindo um índice de 88,88%.

Este apoio técnico e financeiro caracterizou-se por um conjunto de estratégias adotadas pela Suest/PB que objetivou assessorar gestores e técnicos em todos os níveis do SUS, voltados às ações de educação em saúde ambiental, para a promoção da saúde e contribuindo com a melhoria da qualidade de vida população. Este apoio permitirá a realização de conjunto de práticas pedagógicas e sociais para a construção de valores, saberes, conhecimento e práticas que fortaleçam as relações sustentáveis da sociedade humana na interação saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Indicador 2

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico Índices de Referência ²				Índice Observado ³
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	$\frac{01}{01} \times 100$	Relatório consolidado da Coesa	Anual	100%	-	86%	-	-	100%

Fonte: Desam

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de comunidade especial (01) atendida com ação de educação em saúde ambiental no período, considerando o universo de comunidade especial (01) programada para o período. Busca também traduzir o esforço da Funasa em atender a ação demandada pela agenda técnica e política de programas estratégicos do Governo Federal voltados para estas comunidades, cujas características antropológicas, modelo de organização social, tradição dos valores culturais e de participação, exigem uma atuação diferenciada das demais ações promovidas no campo da saúde ambiental e saneamento básico.

Com esta ação, a Funasa buscou desenvolver ação de Educação em Saúde Ambiental em comunidade especial, rural e em situações de vulnerabilidade visando à adoção de práticas participativas e sustentáveis de saúde ambiental voltadas para a inclusão, controle e participação social com ênfase na sustentabilidade sócio ambiental e sanitária da população em seu território; o incentivo à responsabilidade socioambiental da comunidade, visando a promoção da saúde e o empoderamento da comunidade.

Dessa forma, vislumbramos o protagonismo dos sujeitos, e o caráter de assertividade que permeia as propostas geradas no âmbito da Seção de Educação em Saúde (SADUC), as articulações internas e externas que resultam numa proposta de ação capaz de ofertar as comunidades tradicionais o alcance a tecnologias sociais inovadoras e promotoras de Saúde.

Indicador 3

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade de	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência ²				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	$\frac{238}{322} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Anual	100%	66,6%	80%	0%	130%	27%

Fonte: Desam

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados no controle da qualidade da água considerando o previstos para o período. Observa-se que o número de municípios atendidos é determinado pela demanda do município e da capacidade instalada da Funasa.

Este indicador mede a abrangência da atuação da Funasa na qualificação dos técnicos dos municípios para o exercício das atividades derivadas da função que exercem, provendo-os de conhecimentos necessários à manutenção, operação e controle da qualidade dos sistemas ou das soluções alternativas de abastecimento de água para o consumo humano.

A meta do indicador foi pactuada com as Superintendências Estaduais no início do exercício de 2016, tendo sido alcançado um total de 238 municípios com técnicos capacitados, representado 74% em relação ao número de municípios previstos. Observa-se que o alcance da meta e o Plano de trabalho elaborado pela URCQA foram prejudicados pela falta de definição orçamentária da Funasa em tempo hábil. Além, disso, o conhecimento técnico da Chefe do Sesam no período, sobre o desenvolvimento do Modelo de Capacitação direcionados aos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água financiados pela Funasa quanto a capacitação dos técnicos das comunidades (Tratamento/Desinfecção da Água e Análise do Cloro Residual), inviabilizou a execução dos trabalhos.

Indicador 4

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico Índices de Referência ²				Índice Observado ³
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios com amostras de água analisadas	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	$\frac{\text{Número de municípios com análises realizadas}}{\text{Número de municípios previstos}} \times 100$	$\frac{542}{536} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Anual	100%	46%	104%	133,3%	148,5%	37%

Fonte: Desam

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

Este indicador busca aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas considerando o número de municípios previstos no período. Nas amostras de água para consumo humano são analisados os parâmetros de acordo com a capacidade laboratorial de cada Superintendência. As análises realizadas a princípio são as sentinelas, aumentando o rol conforme a necessidade detectada.

Este indicador fornece informações acerca da demanda de apoio ao prestador de serviço, atividades em casos de desastres, atendimento a demandas do Ministério Público, e o controle da qualidade da água em comunidades atendidas diretamente pela Funasa e outras instituições. A meta do indicador foi pactuada com as Superintendências Estaduais no início do exercício de 2016, tendo sido alcançado um total de 542 municípios com análises realizadas, representado 101% em relação ao número de municípios previstos. Observa-se que o alcance da meta foi prejudicado pela falta de definição orçamentária em tempo hábil para deslocamento dos servidores e a falta de reagentes químicos no início do ano, que em decorrência dos entraves burocráticos do Setor (Salog) da Suest a compra dos reagentes realizado em 2015 através do Pregão eletrônico na modalidade Sistema Registro de Preço “SRP” não foi concretizada por falta da realização do empenho em tempo hábil, sendo postergada para o ano de 2016 com uma compra mínima.

Indicador 5

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência ²				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$	$\frac{25.907}{24.153} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Anual	100%	0%	83%	216,2%	142%	22,7%

Fonte: Desam

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

Este indicador permite medir o alcance das ações da Funasa no apoio a comunidades rurais e especiais, realizando exames de qualidade da água e permitindo que essas informações subsidiem a tomada de decisão dos gestores, com vista a minimizar os riscos à população e elaborar políticas públicas na melhoria da qualidade da água a ser consumida por estas comunidades. A meta do indicador foi pactuada com as Superintendências Estaduais no início do ano de 2016.

Diversas situações expõe o usuário à água com qualidade imprópria, como ausência de sistema público de distribuição na zona rural. Evidencia-se que muitos fatores influenciam na ausência de água tratada em comunidades, tais como: inexistência ou precariedade do sistema de água, desconhecimento das tecnologias existentes, deficiência ou falta de pessoal qualificado, alocação de recursos para aquisição de materiais e insumos, entre outros aspectos. Assim, as atividades desenvolvidas pela Funasa nessas comunidades remetem à promoção, produção, proteção, conservação, recuperação da saúde e monitoramento das ações para que a sustentabilidade seja possível no processo de inclusão que se estabelece na comunidade para acesso à água potável. Além das justificativas citadas nos quadros 11 Indicador 3 e 12 Indicador 4 também podemos citar a falta de sensibilidade dos gestores públicos no cumprimento do Termo de Sustentabilidade do Convênio na realização das manutenções preventivas e corretivas dos Sistemas de Abastecimento de Água financiados pela Funasa.

Indicador 6

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Índice de Previsto	Histórico				Índice Observado
						Índices de Referência				
						2012	2013	2014	2015	
Percentual de obras/equipamentos concluídos em razão da quantidade de instrumentos de repasse celebrados	Aferir a efetividade da implementação de obras/equipamentos/planos (acumulado)	(Quantidade de instrumentos com obras/equipamentos/plano concluídos até o exercício de apuração/Quantidade de instrumentos celebrados de 2002 até o exercício de apuração) x 100	$\frac{789}{1120} \times 100$	Oracle Business Intelligence - BI	100%	36%	45%	44%	64%	70%

Composição da Série Histórica:

- Ano de celebração de 2002 até o exercício de apuração
- Ano de conclusão da Obra igual a 31.12.2016
- Excluídos os Status de obra "Cancelados" e "Em Cancelamento"

Análise crítica:

Verifica-se sem grandes esforços que o percentual acima vem ano a ano crescendo, fato que demonstra que o alongamento do prazo de execução tem colaborado para a efetividade dos pactos firmados, fato que contribui para o entendimento de que é salutar a prorrogação das vigências.

Por outro lado, a problemática inexecução dos convênios ainda permanece como preocupação. Entre os fatores que são corriqueiros temos: 01) Falta de capacidade técnica para os Municípios exercerem as suas atribuições administrativas de elaboração de projetos, licitação das obras e fiscalização efetiva dos serviços/obras contratados; 02) Projetos de Engenharia defeituosos e incompletos; 03) Celebração de Convênios sem Projetos Técnicos Aprovados; 04) Contratação de Empresas de Engenharia com reduzida capacidade técnica e sem robusta idoneidade econômica/financeira; 05) Falta de Reajuste/Realinhamento dos Preços, fato que inviabiliza a execução de serviços inconclusos e 06) Atraso na liberação de recursos.

Por oportuno a ausência de orientação com relação a análise das Planilhas de Custos para adequação da Lei de Desoneração da Folha de Pagamento.

Remanescente ainda a questão dos Convênios de Abastecimento de Água com perfuração de poços sem obtenção de êxito na Potabilidade da Água.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das Estrutura de Governança

A Funasa não dispõe de sistema estruturado de governança que compreenda instâncias externas de apoio à governança, dispondo apenas de instâncias internas de governança como a alta direção e de apoio à governança, e a auditoria interna que é uma Unidade Seccional da estrutura da Presidência desta Fundação.

A alta direção conta ainda com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) no âmbito da FUNASA, criado pela Portaria nº 94, de 09 de fevereiro de 2012, composto, em sua instância deliberativa, pelos seguintes membros titulares:

Diretor Executivo;
Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública;
Diretor do Departamento de Administração; e
Diretor do Departamento de Saúde Ambiental.

À luz do disposto acima, as competências do CGTI são: estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologia convergentes às orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MP, promovendo a sua implementação e zelando pelo seu cumprimento, o alinhar as ações de tecnologia da informação às estratégias globais da Funasa, homologar as políticas e diretrizes para aquisição, desenvolvimento e gestão dos recursos de tecnologia da informação, definidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e definir e priorizar os projetos de desenvolvimento de sistemas de informação.

3.2 Gestão de Riscos e Controles Internos

A Fundação Nacional de Saúde está exposta a uma ampla gama de riscos que podem afetar suas operações, o alcance de seus objetivos e metas, pois esta instituição não dispõe ainda de um processo de controle de gerenciamento de riscos. Porém no decorrer dos anos, ela vem envidando esforços para investir nesta área de modo a minimizar os riscos advindos das atividades por ela executadas.

Muito embora, pode-se admitir que estas práticas de minimizar os riscos não estão estruturadas, de forma integrada e sistematizada como controle formalmente estabelecido em normativa própria que abranja tanto o nível estratégico quanto o operacional dessa instituição.

Dentro dessa proposta podemos evidenciar alguns instrumentos que são utilizados para minimizar os riscos que esta instituição decorre pela execução de suas ações estabelecidas, são elas: leis, medidas provisórias, editais, instruções normativas, decretos, portarias, editais, manuais técnicos e sistemas de informação. Todos estes instrumentos relacionados são procedimentos para o controle interno que permitem o acompanhamento e a avaliação das atividades inerentes à esta instituição, evitando minimamente as improbidades previstas nos processos admitidos. Vale ressaltar que enquanto esta Funasa não investir no aprimoramento da gestão de riscos, ela estará sujeita a aceitar incorrer riscos em sua administração e direção.

Para que isso não ocorra mais de forma corriqueira, esta instituição precisará estruturar, sistematizar e implementar processo de gestão de riscos por meio da utilização de métodos, técnicas e ferramentas de apoio para identificação, avaliação e implementação de respostas a riscos.

4 ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

4.1.1.1 Composição da Força de Trabalho

Quadro A 4.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	368		12
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-		-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	368		12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	366	-	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	1		
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	8	1	1
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	-	-	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	376	1	18

Fonte: SIAPE/DEZ/2016

4.1.1.2 Distribuição da Força de Trabalho

Quadro A 4.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	69	46
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1
2. Servidores com Contratos Temporários	-	8

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	70	55

Fonte: SIAPE/DEZ/2016

4.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro A 4.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	1	1	1	7
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	1	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	7
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	19	19	14	9
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	18	18	13	9
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	1	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	20	15	16

Fonte: SIAPE/DEZ/2016

Análise crítica

A quantidade de servidores da área fim (Engenharia), em especial os ocupantes do cargo de Engenheiro são insuficientes face a demanda apresentada pela Funasa/PB, atualmente na força de trabalho dispõe apenas 05 (cinco) engenheiros efetivos, 04(quatro) engenheiros contratados, 01(um) geólogo contratado e no Setor de Convênios 03(três) Contratados na área de Prestação de Contas de Convênios;

A força de trabalho que temos atualmente está distribuída dentro da necessidade pedida pelas áreas fins e o número de servidores detentor de cargo comissionado, Funções Comissionadas de Pessoal e Funções Gratificadas são os autorizados pelo Decreto 8.867/2016, publicado no DOU de 04.10.2016 e Pela Portaria 840/2016, publicada no DOU de 14.11.2016;

Os servidores cedidos não reduzem a força de trabalho da FUNASA, em face de seus cargos e atribuições serem incompatíveis com a missão institucional da instituição

Destacamos os cursos de capacitações realizadas no exercício de 2016:

Quant.	Cursos Ofertados	Público Alvo	Nº de servidores treinados	
			Área Fim	Área Meio
1	46ª Assembleia Nacional da ASSEMAE	Servidor/ DIESP/SESAM/ GAB	02	01
2	Curso de Gestão Orçamentária e Financeira	Servidor/SECO V	01	-
3	I Workshop Internacional de Biorremediação de Áreas Contaminadas	Servidor/ SESAM	01	-
4	Oficina para atualização de servidores da Funasa sobre o Manual de Saneamento	Servidor/ DIESP	03	-
5	Curso de Administração de Frota de Veículos, Planejamento, Logística e Custos Operacionais	Servidor/ DIADM	-	01
6	IV Seminário de Saúde Ambiental da Funasa	Servidor/SESA M	04	-
7	Curso de Legislação de Aposentadoria e Pensão	Servidor/ SAGEP	-	02
8	Simpósio sobre os Resultados das Pesquisas Financiadas pela Funasa em Saúde e Saneamento	Servidor/ DIESP/SAM	02	-
9	Curso sobre Procedimentos Administrativos e Sindicância e Processo Disciplinar	Servidor/ DIADM	-	03
10	Curso Gestão e Fiscalização de Contratos de Mão de Obra Terceirizada	Servidor/ DIADM	-	01
11	Curso de Tomada de Contas Especial: Introdução ao Sistema TCE da Funasa e e-TCE do Tribunal de Contas da União	Servidor/ SECOV	03	-
12	Curso de Gestão de Convênios	Servidor/ SECOV	03	-
13	10º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva	Servidor/SESA M	02	-
14	2º Congresso de Saneamento do Nordeste	Servidor/DIESP/ SESAM	05	-
15	Curso sobre o SEI - Sistema Eletrônico de Informações	Servidor /DIADM	-	02
TOTAIS			26	10

4.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal

Quadro A.4.1.2 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	8.053.258,61	273.810,03	1.111.630,54	350.346,63	908.032,37	819.035,14	-	724,44	225.080,72	11.741.921,48
	2015	8.143.715,62	233.670,87	1.130.204,08	392.817,97	741.851,51	727.569,63	-	-	248.097,08	11.617.926,76
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	3.592,30	-	299,36	-	458,00	1.491,96	-	-	-	5.841,62
	2015	-	-	-	-	-	1.216,80	-	-	-	1.216,80
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	105.220,86	952,86	11.083,32	11.574,70	23.895,02	9.277,90	-	-	-	162.004,66
	2015	212.230,88	1.334,00	25.137,93	9.099,43	26.883,40	10.661,29	-	-	-	285.346,93
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	17.211.629,19	-	2.458.240,54	1.419.459,17	1.654.771,15	1.832.434,10	-	83.521,80	902.259,93	25.562.315,88
	2015	17.437.300,52	-	2.455.897,68	1.495.561,34	1.365.560,70	1.627.852,38	-	4.729,22	916.242,07	25.303.143,91
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	747.886,67	-	90.974,16	40.275,17	49.075,54	-	-	-	-	928.211,54
	2015	718.680,00	-	92.900,00	32.531,17	35.808,00	-	-	-	-	879.919,17

Fonte: SIAPE DW/2016

Observações:

1. Não foram contabilizados as rubricas de aposentados e pensionistas;
2. O resultado da extração foi uma relação com muitas rubricas que descartamos algumas pois julgamos que não se aplica;

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Os riscos mais eminentes existentes são a quantidades de servidores com os requisitos atendidos para aposentadoria, conforme demonstrativo abaixo:

Quadro A.4.1.3 - Quadro de Servidores com Abono de Permanência - Aptos para aposentação

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva			Abono de Permanência		
	Área fim	Área meio	Total	Área fim	Área meio	Total
1. Servidores Efetivos	46	69	115	25 = 54,34%	41 = 59,42%	66 = 57,39%

A nossa força de trabalho efetiva está envelhecida, prova disso está demonstrada no Quadro de Servidores com Abono de Permanência, haja vista que, se todos os servidores com abono de permanência fizerem opção para a aposentadoria, perderíamos 57,39% da força de trabalho total, sendo que 54,34% das atividades fins e 59,42% das atividades meios, trazendo assim grandes prejuízos as atividades desenvolvidas pela FUNASA, problemas que só poderão ser resolvidos, com a contratação imediata de servidores públicos para todas as áreas, através de concurso público.

Com relação aos servidores contratados na totalidade de 08 (oito), todos estão com os contratos renovados, condicionado ao trânsito em julgado da ACP nº 5058774-72.2013.404.7100 - 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Porto Alegre/RS, caso a decisão final não seja favorável a FUNASA, teremos também sérias dificuldades para cumprimento da missão institucional, uma vez que todos os contratados estão lotados nas atividades fins.

Os afastamentos referentes as Licenças para Tratamento de Saúde são poucos e não interferem na continuidade de nossas atividades

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

4.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro A.4.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome:SUEST/FUNASA/PB						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviço de Limpeza, Copeiragem e Jardinagem	STARLIGTH SERVICE LIMPEZA DE BENS IMÓVEIS EIRELI-EPP CNPJ: 15.039.942/0001-50	14/06/2016	13/06/2017	2º grau	A
2016	Serviço de Vigilância	SHANALLY SERVIÇOS DE VIGILANCIA EIRELI CNPJ: 09.222.175/0001-18	01/12/2016	30/11/2016	2º grau	A
2014	Manutenção Predial	BISSETRIZ CONSTRUÇÕES E	01/07/2016	30/06/2018	2º grau	P

		SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ: 10.766.128/0001-14				
2013	Serviço de Recepcionista	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME CNPJ: 14.601.896/0001-79	02/12/ 2016	01/12/ 2016	2º grau	P
2011	Serviço de Limpeza, Copeiragem e Jardinagem	BRASIFORT LOCAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA-ME CNPJ: 07.659.454/0001-18	12/06/ 2015	13/06/ 2016	2º grau	E
2011	Serviço de Vigilância	SERVIÇOS DE VIGILANCIA EIRELI CNPJ: 09.222.175/0001-18	29/11/ 2015	30/11/ 2016	2º grau	E

Fonte: SALOG/SUEST/FUNASA/PB

4.1.4.2 Contratação de Estagiários

Quadro– A.4.1.4.2 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	12	14	14	-	59.831,99
1.1 Área Fim	6	7	7	-	30.946,66
1.2 Área Meio	6	7	7	-	28.885,33
2. Nível Médio	4	12	14	-	39.214,96
2.1 Área Fim	1	2	4	-	9.922,99
2.2 Área Meio	3	10	10	-	29.291,97
3. Total (1+2)	16	26	28	-	99.046,95

Fonte: DW SIAPE - 2016

Quadro B.4.1.4.2– Despesas com Estagiários nos últimos anos

Elemento de Despesa	2012	2013	2014	2015	2016
Bolsa de Estágio	126.545,07	129.265,49	114.780,21	123.951,95	74.620,95
Vale transporte	62.424,00	61.171,95	49.908,00	38.226,00	24.426,00
Valor Total	191.969,07	190.437,44	164.687,21	162.177,95	99.046,95

Fonte: DW SIAPE

Análise Crítica:

A contratação de estagiários é realizado por meio do Agente de Integração Instituto Nacional de Qualificação e Capacitação - INQC, escolha feita por intermédio de processo licitatório em âmbito nacional, que perdurou até 30.09.2016, quando houve a rescisão de contrato por parte da Funasa.

Esse agente tem a responsabilidade de selecionar os candidatos e encaminhá-los à Funasa para que os mesmos sejam entrevistados, de modo que o SODEP/SAGEP não recebe currículos, uma vez que esse agente de integração realiza contratação dos estudantes cadastrados e enviados por ele.

A contratação de Estagiários está amparada na Orientação Normativa nº 4/2014 da SEGEP/MP.

Os valores das despesas são referentes à bolsa estágio mais o Auxílio Transporte do estagiário.

Os custos anuais com contratação de estagiários estão diminuindo a cada ano, em virtude da redução das vagas para contratação.

4.1.5 Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas

ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO

Meta: Reduzir para 0,50% o índice de absenteísmo na Funasa.

H= jornada de trabalho diária (considerada de regra 8 horas).

DU= número de dias

DU= H * NDU = 8 * 254 = 2.032 horas.

QHNT = Quantidade de horas não trabalhadas = (faltas não justificadas + licenças + afastamentos + atrasos e saídas antecipadas não compensadas) = 736.320 hs

QS = Quantidade de Servidores = 383

DU = Dias Úteis, já convertidos em horas = 2.032

Exercício de 2016

$$\frac{\text{QHNT}}{\text{QS} * \text{DU}} = \frac{736.320}{383 * 2.032} = 0,95$$

Informação importante leva em conta os afastamentos por cessões que demonstram enorme prejuízo em horas não trabalhadas no âmbito da Funasa, que impactam negativamente, inclusive como entrave ao alcance da autorização para realizar concurso público para provimento de cargo efetivo, tendo em vista a soma desse contingente de pessoal no Quadro de Pessoal da Fundação, muito embora não seja de fato força de trabalho para a Instituição.

ÍNDICE DE ADOECIMENTO:

Meta: Reduzir para menos que 10% o índice de adoecimento na Funasa.

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas reformulou este indicador, a fim de identificar o perfil de adoecimento dos servidores, cujos afastamentos impactam a força de trabalho.

A base de dados utilizada pela Funasa foi a do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e a do SIAPESAÚDE, levando em conta o número de afastamentos para tratar da própria saúde, ainda que um mesmo servidor apresente mais de um afastamento no período de um ano (janeiro a dezembro).

Não foram considerados os números de dias de afastamentos, e sim quantitativos de atestados apresentados, independentemente do tipo de homologação (perícia ou administrativa). Foram computados os números de homologação de afastamento para tratamento da própria saúde por homologação pericial (97); os números de homologações administrativas para tratamento da própria saúde (79); totalizando 176 afastamentos para tratamento da própria saúde, tudo referente ao exercício de 2016.

A grande dificuldade para encontrar informações adequadas à apuração reside no fato de o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS não identificar a quantidade de afastamentos por servidor. Assim, um mesmo servidor pode afastar-se mais de uma vez e, como tal, de serem computadas novas ausências no decorrer do exercício.

Para a delimitação do público alvo foram considerados os servidores da SUEST/FUNASA/PB, incluindo os cedidos ao SUS, visto que permanecem com lotação nesta UPC.

Para identificar o tipo de doença mais recorrente, uma vez que o SIAPESAÚDE fragmenta sobremaneira as informações por classificação do CID, os afastamentos foram separados em dezessete grupos para apontar as três maiores ocorrências no exercício de 2016.

Nº	DOENÇAS E PROBLEMAS RELACIONADOS A SAÚDE
1	OSTEOMUSCULAR
2	RESPIRATÓRIO
3	OFTALMOLOGIA
4	EXAMES CLÍNICOS E LABORATÓRIAS
5	CIRCULATÓRIO (coração, varizes, problemas vasculares, aneurisma, hipertensão)
7	CIRURGIA
6	SINTOMAS IDIOPÁTICOS (dores, febre, vômito, prurido, mal estar, alergias)
8	ODONTOLOGIA
9	TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS
10	DIGESTIVO
11	GENITURINÁRIO (URINÁRIO, GENITAL)
12	VIROSES (GERAIS)
13	PELE
14	GRAVIDEZ, PARTO E PUERPERAL.
15	NEOPLASIAS

16	SISTEMA NERVOSO (esclerose múltipla)
17	ENDÓCRINAS

A maior incidência de causas de afastamento para tratamento da própria saúde no exercício de 2016, na SUEST/FUNASA/PB, conforme o critério de seleção adotado, foi por doenças osteomusculares, alcançado pela fórmula a seguir:

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de afastamento por doenças Osteomusculares}}{\text{N}^\circ \text{ de afastamentos para tratamento da própria saúde}} \times 100\% = \frac{22}{176} \times 100\% = 12,5\%$$

A segunda maior incidência foi por doenças causadas por viroses oftalmológicas:

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de afastamento por problemas Viroses (gerais)}}{\text{N}^\circ \text{ de afastamentos para tratamento da própria saúde}} \times 100\% = \frac{16}{176} \times 100\% = 9,1\%$$

A terceira maior incidência foi por doenças do aparelho respiratório:

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de afastamento por doenças do Aparelho Respiratório}}{\text{N}^\circ \text{ de afastamentos para tratamento da própria saúde}} \times 100\% = \frac{13}{176} \times 100\% = 7,3\%$$

Uma vez identificado o perfil de adoecimento do Quadro de Pessoal, poder-se-á correlacionar esses índices às atividades laborais. A partir de então, pretende-se adotar medidas corretivas que minimizem ou eliminem as ocorrências.

O acompanhamento deste indicador, em razão das informações a serem obtidas do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e a do SIAPESAÚDE devem ser feito pelas Unidades de Gestão de Pessoas, entre janeiro e dezembro de cada exercício.

A partir de então, pretende-se adotar medidas corretivas que minimizem ou eliminem as ocorrências.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS:

Meta: aumentar para 60% o índice de desenvolvimento gerencial, por Unidade Pagadora, no exercício.

NGC = Número de Gestores Capacitados = 4

NEGUP = Número estimado de Gestores da Unidade Pagadora = 20

Exercício de 2016

$$\frac{\text{NGC}}{\text{NEGUP}} * 100 = \frac{4}{20} * 100 = 20\%$$

O número estimado de Gestores da Presidência da Funasa a serem capacitados foi obtido a partir do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de chefias (Presidente; Diretor; Coordenador-Geral; Coordenador; Procurador-Chefe; Auditor-Chefe; Chefe de Divisão, Serviço, Seção e Setor), vagos e/ou ocupados, por Unidade Pagadora – UPAG, tendo com parâmetro o Decreto nº 7.335/2010

Assim, considerando a participação de 4 (quatro) gestores da Funasa em ações de capacitação gerencial, no exercício de 2016, na SUEST/FUNASA/PB, 20% do total foi capacitado.

Esse indicador está sendo usado pela primeira vez nesta UPC.

O acompanhamento deste indicador, em razão das informações a serem obtidas dos dados sobre desenvolvimento gerencial, deve ser feito pelas Unidades de Desenvolvimento de Pessoas das Superintendências, com envio das informações pertinentes à Coordenação de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas até o quinto dia útil do mês subsequente, para consolidação.

ÍNDICE DE ESTÁGIO:

Meta: atender 100% da demanda das Unidades.

NE = Número de estagiários = 24

NV = Número de vagas =

Exercício de 2016

$$\frac{\text{NE}}{\text{NV}} * 100 = \frac{24}{24} * 100 = \mathbf{100\%}$$

Por esse indicador, apura-se que todas as vagas de estagiários foram preenchidas no âmbito da SUEST/FUNASA/PB, no exercício de 2016.

4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada

Quadro A.4.2.1– Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A) Legislação de frota de veículos SUEST/PB, estão adequados a IN n° 3, de 15 de Maio de 2008.	Nossa frota veicular é controlada através de Ordens de Saída e BDT (Boletim Diário de Tráfego), Motorista Oficial da UPC, usuário servidor. Relatando quilometragem inicial e final, horário de saída/chegada e itinerário, Capítulo 3 Artigos 3 e 4 da IN n° 3 de 2008.		
B) Importância da frota.	É de suma importância para nossa SUEST/FUNASA/PB, pois sem ela não seríamos capazes de controlar as demandas de trabalhos atribuídos a esta Superintendência.		
C) Quantidade de veículos:	Nossa frota ATUAL é composta por 15 (QUINZE) veículos.		
GRUPO: Veículos de transporte institucional.	NISSA FRONTIER	01	
	FORD RANGER	02	
	MITSUBISHI L-200	09	
	FIAT DOBLÔ	01	
	FIAT IVECO	01	
	WOLKSWAGEN	01	
D) Média de quilometragem por grupo, media km rodados anual em 2016.	NISSA FRONTIER	De 06 a 10.000km/ano	
	FORD RANGER	De 10 a 30.000 km/ano	
	MITSUBISHI L-200	De 20 a 80.000 km/ ano.	
	FIAT DOBLÔ	De 8 a 22.000 km/ ano.	
	FIAT IVECO	De 8 a 22.000 km/ ano.	
	WOLKSWAGEN	De 2 a 7.000 km/ ano.	
E) Idade média da frota.	NISSA FRONTIER	11 ANOS	
	FORD RANGER	09 ANOS	
	MITSUBICHIL- 200	06 A 08 ANOS	
	FIAT DOBLÔ	08 ANOS	
	FIAT IVECO	06 ANOS	
	VOLKSWAGEN	20 ANOS	
F) Custo anual associado a manutenção da frota.	Contrato com empresa (oficina) Fornecimento de Peças e serviços com mão de obra anual.	R\$ 169.099,28	
	Custo com Pneus para frota de veículos da UPC.	R\$ 15.498,61	
	Contrato com empresa especializada em serviços de lavagem de veículos/ano.	R\$ 5.173,65	
	Óleo Lubrificante / Ano	R\$ 5.162,20	
	Combustíveis / Ano	DIESEL	R\$ 87.105,78
		GASOLINA	R\$ 1.553,25
	Custos com seguro obrigatório, taxas de licenciamento e outros serviços - anual	R\$ 5.884,96	
G) Plano de substituição de frota.	Conforme o ANEXO IV - Plano Anual Para Aquisição de Veículos - PAAV.		

<p>H) Razão de escolha de aquisição</p>	<p>VEÍCULOS TRACIONADOS 4x4 (cabine dupla), pois devido o aumento das visitas técnicas de acompanhamento e fiscalização dos convênios que esta SUEST realiza serem de difícil acesso, bem como, iniciar a substituição dos 4 (QUATRO) VEÍCULOS QUE ESTÃO EM USO ACERCA DE 09 (NOVE) ANOS, evitando um elevado custo com manutenção.</p>
<p>I) Estrutura de controle para assegurar uma prestação de serviço eficiente e econômica no serviço com transporte.</p>	<p>Nossa estrutura é continuar mantendo a frota em perfeito estado de conservação, sempre mantendo o controle de manutenção. Adotando as seguintes medidas: revisões periódicas, substituições de peças e pneus por km rodados, conservando os veículos sempre limpos, controle com combustíveis, mantendo as habilitações dos condutores sempre atualizadas, bem como, respeitando as leis de trânsito.</p>

ANEXO IV - PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - PAAV

Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		MINISTÉRIO / ÓRGÃO / ENTIDADE						ANO DE VIGÊNCIA	
SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS - SISG		Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde/SUEST-PB						2017	
VEÍCULOS A ADQUIRIR				VEÍCULOS A SUBSTITUIR					
CARACTERÍSTICAS	GRUPO	TRIMESTRE	QUANTIDADE	ESPÉCIE / MARCA / MODELO	PLACA	UF	ANO	GRUPO	
- Automóvel – capacidade e motorização compatíveis com o serviço desta SUEST/FUNASA/PB PICK-UP (4X4) - Óleo Diesel.	III	4º/2015	04	Passageiro/NISSAN FRONTIER	JKH – 2413	PB	2006	III	
				Passageiro/FORD RANGER	MOQ -7406	PB	2008	III	
				Passageiro/FORD RANGER	MOQ –7576	PB	2008	III	
				Passageiro/L-200	MOC-1882	PB	2009	III	

ANEXO IV - PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – PAAV (CONTINUAÇÃO)

Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008

JUSTIFICATIVAS E OBSERVAÇÕES SOBRE AQUISIÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

Em virtude da grande demanda de Acompanhamento/Supervisão dos convênios que atualmente esta Superintendência realiza, a fim de que possamos atingir as metas pactuadas no Plano Operacional e em virtude das localidades visitadas serem de difícil acesso, são necessários:

- 04 (quatro) veículos tracionados (4X4), em virtude de nossa frota de veículos tracionados encontrarem-se desgastados, bem como, atendimento a demanda dos serviços administrativos dos diversos setores que compõem a SUEST/FUNASA/PB

- Diante do exposto, como mencionado acima, a necessidade desta Superintendência seria de: 04(quatro) veículos cabine dupla (PARA SUBSTITUIR OS QUE ESTÃO EM USO HÁ MAIS DE 09 ANOS), a fim de suprir toda demanda de atividades desenvolvidas por esta SUEST/FUNASA/PB.

DIRIGENTE DO ÓRGÃO SETORIAL/SECCIONAL

LOCAL: João Pessoa, DATA : ____/____/____

ASSINATURA / CARIMBO

APROVAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

LOCAL: João Pessoa, DATA : ____/____/____

ASSINATURA / CARIMBO

Fonte: SOTRA/SUEST/FUNASA/PB

4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições

Veículos oficiais que foram classificados como inservíveis pelo Setor de Transporte da UPC:

- JKH-5961 - PICK-UP NISSAN FRONTIER 4X4XE, ANO DE FABRICAÇÃO: 2005, MODELO: 2006.
- MOP-9100 - MMC/L200 - 4X4 L, Diesel, Ano/Fab: 2000, Ano/Mod: 2001;
- MOO-1317 - GM/BLAZER DLX 2.8 - 4X4, Diesel, Ano/Fab: 2001, Ano/Mod: 2001;
- MOV-0239 - I/KIA BESTA GS GRAND, Diesel, Ano/Fab: 2002, Ano/Mod: 2002;
- MON-2108 - MMC/L200 - 4X4 L, Diesel, Ano/Fab: 2000, Ano/Mod: 2001.

Por não servirem mais à finalidade para a qual foram adquiridos, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio da UPC, devendo, portanto, ser retirados do patrimônio público, isto é, devendo ser realizado o desfazimento desses bens.

A UPC através da DIADM e do SOTRA realiza o levantamento da frota e quando constatado que os veículos são antieconômicos ou estão fora de uso, elabora-se expediente de devolução ao SOPAM. Com base na Lei Federal 8.666/93 no seu Artigo 17, e no Decreto 99.658/1990 a Superintendência julga a melhor destinação dos veículos, avaliando a oportunidade e conveniência, fazendo a decisão entre a Doação ou o Leilão.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

4.2.3.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC

A gestão de patrimônios no âmbito da UPC é realizado pelo Setor de Patrimônio e Material-SOPAM, o qual utiliza o sistema informatizado SPIUnet, que vem atendendo de forma satisfatória.

A Superintendência do Patrimônio da União do Estado da Paraíba-SPU/PB disponibiliza um suporte para dúvidas quanto ao gerenciamento do programa.

4.2.3.2 Distribuição Geográfica dos imóveis da União

Quadro A.4.2.3.2 – Distribuição Geográfica dos imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
PARAIBA	18	19
Subtotal Brasil	18	19
Subtotal Exterior	-	-
Total (Brasil + Exterior)	18	19

Fonte: SOPAM/SUEST/FUNASA/PB

4.2.3.3 Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 4.2.3.3 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
255015/36211	1905.00010.500-0	5	3	2.259.065,00	05/06/2015	3.492.000,00	Não	Não
255015/36211	1905.00014.500-2	5	3	44.320,00	04/06/2015	139.000,00	Não	Não
255015/36211	1905.00016.500-3	5	3	44.320,00	05/06/2015	93.000,00	Não	Não
255015/36211	1905.00018.500-4	5	3	-	29/08/2015	669.000,00	Não	Não
255015/36211	1907.00009.500-1	5	3	1.625.840,70	06/06/2015	2.440.000,00	Não	Não
255015/36211	1909.00005.500-6	5	3	40.962,24	24/05/2015	227.000,00	Não	Não
255015/36211	1921.00006.500-0	5	3	534.603,36	01/09/2015	2.286.000,00	Não	Não
255015/36211	1931.00017.500-8	5	3	1.012.000,00	28/07/2015	2.137.000,00	Não	Não
255015/36211	1981.00081.500-3	5	3	1.000.000,00	30.08/2015	2.014.000,00	Não	Não
255015/36211	2021.00004.500-8	5	3	350.000,00	01/05/2015	1.620.000,00	Não	Não
255015/36211	2027.00021.500-0	5	3	6.273.445,00	29/08/2015	7.946.000,00	Não	Não

255015/ 36211	2133.00002.500-7	5	3	31.600,00	05/05/2015	225.000,00	Não	Não
255015/ 36211	2155.00006.500-0		3	1.000.000,00	06/08/2015	1.774.000,00	Não	Não
255015/ 36211	2155.00008.500-0	5	3	65.000,00	05/05/2015	527.000,00	Não	Não
255015/ 36211	2155.00010.500-1	5	3	145.000,00	06/08/2015	280.000,00	Não	Não
255015/ 36211	2175.00251.500-7	5	3	932.629,50	28/07/2015	805.000,00	Não	Não
255015/ 36211	2221.00007.500-7	5	3	132.000,00	06/05/2015	1.177.000,00	Não	Não
255015/ 36211	2221.00009.500-8	5	3	740.000,00	01/09/2015	724.000,00	Não	Não
255015/ 36211	2225.00748.500-9	5	3	1.395.903,46	15/04/2015	1.484.000,00	Não	Não
Total							-	
Fonte: SOPAM/SUEST/FUNASA/PB								

4.2.3.4 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet

Informamos que a Setor de Patrimônio e Material-SOPAM desta UPC fez o registro das informações no SPIUnet de forma satisfatória.

4.2.3.5 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Não houve manutenção nos referidos imóveis.

4.2.3.6 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

O Setor de Patrimônio e Material-SOPAM desta UPC considera alguns riscos à gestão dos referidos imóveis, levando em conta o déficit atual de servidores no setor, para fazer o acompanhamento e verificações in loco a estes imóveis espalhados por todo o estado da Paraíba.

4.2.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Quadro A.4.2.4– Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.

Identificação do Imóvel:	RIP: 1905.00014.500-2
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Alagoa Grande
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Posto de Saúde
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 10/08/2010
Caracterização do espaço cedido:	Hoje o imóvel encontra-se em estado de abandono
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 1905.00016.500-3
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Alagoa Grande
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Posto de Saúde
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 06/12/2010
Caracterização do espaço cedido:	Funcionando normalmente
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 1905.00010.500-0
--------------------------	-----------------------

Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Alagoa Grande
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Unidade de Saúde
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 10/08/2010
Caracterização do espaço cedido:	Funcionando em parte como ambulatório e SAMU
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 1905.00018.500-4
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Alagoa Grande
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Alojamento
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 10/08/2010
Caracterização do espaço cedido:	Alojamento
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 1907.00009.500-1
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Alagoa Nova
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso

Finalidade do espaço físico:	Unidade de Saúde
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 01/04/2010
Caracterização do espaço cedido:	Hospital Municipal
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 1909.00005.500-6
Identificação da Cessionária:	Prefeitura Municipal de Alagoinha
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Serviço de água e esgoto
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 01/04/2010
Caracterização do espaço cedido:	Escritório do serviço de água e esgoto
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 1921.00006.500-0
Identificação da Cessionária:	Prefeitura Municipal de Areia
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Unidade Hospitalar
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 10/08/2010
Caracterização do espaço cedido:	Unidade Hospitalar
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX

Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 1931.00017.500-8
Identificação da Cessionária:	Prefeitura Municipal de Bananeiras
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Unidade Hospitalar
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 08/12/2010
Caracterização do espaço cedido:	Unidade Hospitalar
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 1981.00081.500-3
Identificação da Cessionária:	Gov. do Estado da Paraíba
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Distrito Sanitário de Saúde
Prazo da cessão:	20 anos
Caracterização do espaço cedido:	Distrito Sanitário de Saúde
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 2021.00004.500-8
Identificação da Cessionária:	Prefeitura Municipal de Esperança
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Unidade Sanitária
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 01/04/2010
Caracterização do espaço cedido:	Unidade Hospitalar
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 2027.00021.500-0
Identificação da Cessionária:	Gov. do Estado da Paraíba
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Hospital Regional
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 06/12/2010
Caracterização do espaço cedido:	Hospital Regional
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 2133.00002.500-7
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Pilões
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Unidade Sanitária
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 13/12/2010
Caracterização do espaço cedido:	Unidade Sanitária
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 2155.00006-500-0
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Remigio
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Unidade Sanitária
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 06/12/2010
Caracterização do espaço cedido:	Unidade Sanitária
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 2155.00010-500-1
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Remigio
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Unidade Sanitária Lagoa do Mato
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 06/12/2010
Caracterização do espaço cedido:	Unidade Sanitária
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 2155.00008-500-0
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Algodão de Jandaira
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Unidade Sanitária
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 01/04/2010
Caracterização do espaço cedido:	Unidade Sanitária
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 2175.000251.500-7
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Santa Rita
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	PSF de Várzea Nova
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 06/12/2010
Caracterização do espaço cedido:	PSF de Várzea Nova
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 2221.00009.500-8
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Solânea
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	PSF e Samu
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 13/12/2010
Caracterização do espaço cedido:	PSF e Samu
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 2221.00007.500-7
Identificação da Cessionária:	Prefeitura M. de Casserengue
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Posto de Saúde da Família
Prazo da cessão:	20 anos a partir de 13/12/2010
Caracterização do espaço cedido:	Posto de Saúde da Família
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Identificação do Imóvel:	RIP: 2225.00748.500-8
Identificação da Cessionária:	Gov. do Estado da Paraíba
Caracterização da Cessão:	Uso em ações de saúde pública
Forma de seleção:	Termo de cessão de uso
Finalidade do espaço físico:	Distrito Sanitário de Saúde
Prazo da cessão:	20 anos
Caracterização do espaço cedido:	Distrito Sanitário de Saúde
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:	XXXXXX
Tratamento contábil dos benefícios recebidos:	XXXXXX
Rateio dos gastos, quando cessão parcial:	XXXXXX
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:	XXXXXX

Fonte: SOPAM/SUEST/FUNASA/PB

4.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

No exercício de 2016 não houve locação de imóveis de terceiros pela UPC.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

Em relação à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio <http://www.funasa.gov.br> informações referentes às ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Além do site oficial, a Funasa possui como difusoras de notícias e informações da instituição, as mídias sociais alimentadas pela Coordenação de Comunicação Social, tais como: facebook, instagram, twitter e youtube.

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - **www.funasa.gov.br**, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de duas maneiras:

- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Sul, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

No ano de 2016 o SIC-Funasa recebeu 270 (duzentos e setenta) pedidos de acesso a informações, todos devidamente atendidos dentro do prazo estipulado em lei.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida tão somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

5.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

A difusora mais eficiente para captar a satisfação do público é a mídia social, facebook que atualmente conta com 26 mil seguidores, com uma média de 61 novos a cada semana. A página da Funasa possui alcance orgânico semanal de 3.090 visualizações dos usuários na página.

A equipe de comunicação está elaborando outros mecanismos para medir a satisfação dos usuários em relação as ações das mídias sociais e site oficial, que também deverá passar por reestruturação a fim de melhorar os padrões de acessibilidade digital preconizados pelo eGov e instituir a identidade padrão de Comunicação Digital, em conformidade com a Instrução Normativa Secom/PR 08/2014.

5.3 Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

<http://www.funasa.gov.br/site/>
<http://www.funasa.gov.br/site/aceso-a-informacao/>
<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>
<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/prestacao-de-contas/>
www.facebook.com/funasa.official
twitter.com/funasa
<https://www.youtube.com/user/Funasaoficial>
https://www.instagram.com/funasa_oficial/

5.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A Funasa vem buscando cumprir as medidas consignadas na Lei 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004 em relação ao ambiente de circulação às suas dependências e no seu entorno, dispondo de vagas para idosos e portadores de necessidades especiais.

Ressalta-se que a Funasa-PB detêm o projeto executivo para reforma de seu edifício-sede, cuja a contratação por procedimento licitatório deverá ocorrer assim que ocorra a liberação dos recursos necessários para sua execução.

Em relação aos meios eletrônicos de comunicação, atualmente o site da Funasa possui, no menu superior, links para acesso ao contraste e para aumentar e diminuir fontes, a fim de que os usuários o utilizem com maior praticidade e facilidade, e que esteja de acordo com sua necessidade.

Porém, com a reestruturação prevista para 2017, o site apresentará navegadores, tocadores de mídias e ferramentas que devem possuir meios de comunicação com tecnologia criadas especialmente para pessoas com deficiência, permitindo o acesso com eficiência e eficácia.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

6.1.1 Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

Trata-se da aplicação dos critérios procedimentos de avaliação e de mensuração de Ativos e Passivos integrantes do patrimônio e suas variações pertencente à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, conforme as disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.9 e 16.10.

Avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Pág. 154) define mensuração como o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das Demonstrações Contábeis devem ser reconhecidos e apresentados, objetivando selecionar bases de mensuração que reflitam de modo adequado condição real do patrimônio público sob controle da Entidade.

Segundo propugna a NBC T 16.10, a avaliação patrimonial consiste na atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Disponibilidades

Majoritariamente, os elementos classificados no Disponível são aqueles provenientes da descentralização de recursos financeiros pela Setorial Financeira do Órgão Superior a que estamos vinculados, na forma prevista no Decreto nº 93.872/86.

Os recursos financeiros oriundos da geração interna de receitas são reconhecidos pelos valores das entradas líquidas de caixa, em sua maioria, resultantes da alienação de bens móveis inservíveis ou em desuso, bem como das restituições/estornos de despesas realizadas e pagas em exercícios anteriores e/ou no vigente, se for o caso.

Após o reconhecimento inicial, não foram realizadas avaliações posteriores pela FUNASA, no período das demonstrações contábeis.

Créditos e Obrigações

Os direitos, títulos de crédito e obrigações assim como seus encargos e atualizações foram mensurados inicialmente pelo valor original e apropriados com observância dos princípios de contabilidade. Contudo, não foram realizadas atualizações posteriores, tampouco foi feito o levantamento dos riscos de recebimento de tais elementos.

Os direitos, títulos de crédito e obrigações prefixadas devem ser avaliadas a valor presente, os pós-fixados ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até da data das Demonstrações Contábeis.

Ressalte-se que devido a incongruências identificadas nas rotinas contábeis estabelecidas pelo Órgão Central de Contabilidade, há uma superavaliação do Ativo Circulante, relacionada aos Crédito a Receber apurados em processos administrativos e de tomadas de contas especiais, resultantes de transferências de recursos financeiros mediante convênio ou instrumento congênere; ou de outras origens.

Por ocasião do repasse dos recursos às entidades convenientes, são reconhecidos como ativos os "Adiantamentos de Transferências Voluntárias". Em caso de não apresentação/aprovação da prestação de contas, tais valores deveriam ser baixados quando da apuração do dano e respectiva implicação do responsável pela gestão dos recursos disponibilizados. Fato este que enseja o reconhecimento de novo ativo a título de "Créditos a Receber Por Danos ao Patrimônio". Tratar-se, portanto, de fatos permutativos e o reconhecimento destes deve ser em contrapartida à baixa daqueles.

Estoques

Os estoques foram reconhecidos com base no custo total de aquisição (custo histórico), cujo consumo é reconhecido no resultado do período, conforme o princípio da competência. Os bens de almoxarifado devem ser mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

Não foram realizadas avaliações posteriores segundo o valor realizável líquido para os itens que eventualmente sofreram perda de valor de realização no curso normal das atividades, tampouco, quanto a prováveis perdas de estoques, caso existam bens danificados.

Imobilizado

Bens Móveis

Os ativos imobilizados foram reconhecidos inicialmente com base no custo total de aquisição, produção ou construção, incluindo os custos adicionais para colocá-los em condição de uso.

Em 19 de setembro de 2016, data definida para a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, com a realização da reavaliação dos bens móveis da Instituição, mediante a contratação de serviço especializado.

O método utilizado nesse trabalho é o Comparativo Direto de Mercado, em que se apura o valor alcançado pelo bem avaliado a valor de mercado, com base no custo de reposição.

O valor de mercado consiste no valor estimado de um bem, sem considerar os custos adicionais relativos ao comprador, aplicáveis aos valores finais da compra e venda, tais como impostos, taxas, comissões, etc. A comparação é feita em ambiente de mercado ativo ou semi-ativo, de forma a possibilitar a comparação direta ou ter suporte de mercado para tal assertiva.

Nesse contexto, os bens foram valorados, com base no princípio da substituição ou equivalência, mediante cotação de preços para cada item ou grupo de itens específico, após as devidas inspeções.

As condições físicas de cada bem foram inspecionadas in loco, individualmente, e registradas suas características físicas e operacionais, aspectos relevantes à formação do valor e considerados todos os elementos necessários à sua operação, verificando-se os seguintes itens:

- a) Existência física do bem patrimonial, dentro da descrição e características técnicas especificadas;
- b) Estado de conservação/condições de manutenção; e
- c) Condições operacionais.

Devido à reavaliação, os ativos foram reduzidos ao valor líquido contábil (valor bruto deduzida a depreciação acumulada). Posteriormente, o valor resultante da mensuração fora comparado ao valor líquido apurado, e majorado ou reduzido até se chegar ao novo valor bruto dos ativos.

Os ajustes positivos e negativos resultantes da reavaliação foram reconhecidos na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido, não impactando o exercício vigente à época, por serem atribuíveis a exercícios anteriores, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Pág. 161).

Depreciação de Bens Móveis

A depreciação consiste no decréscimo patrimonial de bens tangíveis em função do desgaste pelo uso, pela ação da natureza ou pela obsolescência tecnológica. O cálculo do encargo da depreciação leva em consideração os fatores: custo total do ativo, período de vida útil econômica, valor depreciável e valor residual.

A vida útil total dos bens reavaliados, período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo, foi estimada em função de fatores técnicos, físicos, econômicos e de obsolescência, conforme indicado nas seguintes publicações:

Tabela IV da "vida útil para cálculo de depreciação técnica e obsolescência", publicada no livro Engenharia de Avaliações da Editora Pini. Essa tabela fora extraída do livro Perry Chemical Handbook, 3ª Edição, página 1822.

Tabela V "classificação genérica dos bens e depreciação (vida útil), publicada no livro Engenharia de Avaliações, que foi obtida a partir do livro Assent Guideline Classes, and Periods, Assent Depreciation Range - T.I.R., página 1088.

Tabela de vida útil de máquinas e equipamentos apresentada pelo Engenheiro Vitor Carlos Fillinger no IX Congresso Panamericano de Avaliações realizado em São Paulo, em agosto 1979.

A vida útil remanescente dos itens avaliados, ou seja, os anos dos quais se espera geração de benefícios econômicos ou potencial de serviços para a entidade, foi obtida subtraindo-se o total de anos de vida útil pelos anos de uso de cada item, considerando as suas condições físicas, técnicas e operacionais, de forma a assegurar que apresentam boas condições de manutenção, estado operacional e de conservação.

O valor residual dos bens reavaliados, montante líquido da alienação que a entidade espera obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, permaneceu inalterado e segue as orientações técnicas emanadas pelo Órgão Central de Contabilidade da União, estabelecidas no Manual SIAFI.

Os bens que, considerando a sua data de aquisição e suas condições, prescindiram de mensuração, tiveram suas vidas úteis e seus valores residuais definidos com base no que predispõe a Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão (Pág. 7-15), do Manual SIAFI.

Observando a uniformidade de procedimentos, utilizou-se o método das quotas constantes para cálculo dos encargos de depreciação, de forma a propiciar consistência e comparabilidade à informação contábil (vide Macrofunção 020330, pág. 16).

O consumo dos ativos imobilizados é reconhecido em conta redutora do Ativo Imobilizado com contrapartida em conta de Variação Patrimonial Diminutiva (rédito), observando-se o princípio contábil da competência.

Bens Imóveis

Os bens imóveis foram reavaliados segundo o método comparativo direto de mercado, que consiste em identificar o valor de mercado mediante tratamento técnico dos atributos comparáveis dos elementos patrimoniais. Ou ainda, dadas as suas características peculiares, avaliados conforme o método involutivo, que identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem em avaliação, bem como as condições de mercado no qual está inserido, considerando cenários viáveis para execução e comercialização do produto.

Para efeito de avaliação foram considerados:

- a) a área ocupada pela FUNASA, terrenos e edificações, conforme vistoria;
- b) as informações das áreas do terreno e construída, obtidas por meio de consulta ao Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET e certidões de matrícula em cartório de registro de imóveis;
- c) os desenhos (mapa, planta, croqui, fotos, etc);
- d) as memórias de cálculo, dados amostrais e tabelas; e
- e) as características e condições físicas dos bens;

Para efeito dos cálculos de avaliação não foi utilizado o fator comercial em função dos imóveis serem públicos e institucionais. O objetivo deste trabalho é a avaliação para fins de levantamento patrimonial.

Intangível

Intangíveis são ativos não monetários, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais.

O Processo de avaliação desses ativos está em andamento, na fase de levantamento e avaliação dos elementos que se enquadram na definição de intangível e que atendam aos critérios de reconhecimento.

Deve ser avaliada, ainda, a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços utilizando premissas razoáveis que representem a melhor estimativa em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

Os ativos intangíveis podem ser reconhecidos de três formas (MCASP, Pág. 178):

- Aquisição separada;
- Geração interna;
- Aquisição por meio de transação sem contraprestação.

Deve ser ressaltada a complexidade desse procedimento e a carência pessoal qualificado para sua consecução.

Após esse procedimento, os bens que se classificarem como intangíveis serão reconhecidos e amortizados mensalmente, depois de definida a sua vida útil econômica e seu valor residual.

As avaliações posteriores serão realizadas pelo método da reavaliação utilizando-se o valor de mercado, segundo critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

6.1.2 Justificativa quanto à aplicação dos procedimentos patrimoniais

Os dispositivos previstos nas NBC T 16.9, 16.10 e 16.11 são de aplicação obrigatória por todos os órgãos e/ou entidades da Administração Direta e Indireta, de todos os poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Versa-se sobre procedimentos contábeis patrimoniais de alta complexidade, periódicos e sistemáticos que requerem a elaboração de estratégia ou plano de aplicação, considerando as deficiências de pessoal porque passa a Instituição. Além disso, muitos deles ensejam a aquisição de recursos tecnológicos que propiciem o adequado, o eficiente e o tempestivo tratamento.

Os procedimentos de reconhecimento e mensuração dos elementos componentes do patrimônio devem ser realizados, conforme as competências regimentalmente atribuídas, por diversos setores da Instituição, que carecem de ser dotados de recursos humanos e materiais para a consecução desses trabalhos.

Bom exemplo é a reavaliação dos bens móveis e imóveis (Imobilizados) da Fundação ter sido necessariamente executada mediante a contratação de serviços técnicos profissionais junto à pessoa jurídica Linkdata Informática e Serviços S/A, inscrita sob o CNPJ/MF nº 24.936.973/0001-03, conforme a Ata de Registro de Preços n.º 21/2013 e o Pregão n.º 22/2013. Medida por demais paliativa e onerosa, considerando a recorrência das circunstâncias que motivaram a contratação.

Nesses termos, a FUNASA está buscando meios de prover os quadros dos seus diversos departamentos com pessoal qualificado para execução dos procedimentos contábeis patrimoniais, inclusive com a solicitação de abertura de concurso público junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Ao mesmo tempo, busca-se a criação/aquisição de ferramentas tecnológicas que propiciem o adequado e tempestivo tratamento das rotinas de trabalho, de forma a buscar o atingimento dos objetivos institucionais eficaz, efetiva e eficientemente, inclusive no que concerne à aplicação das orientações e procedimentos técnicos contábeis de natureza patrimonial.

6.1.3 Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício

Dada a aplicação de forma parcial dos procedimentos de reconhecimento, de mensuração e de evidenciação previstos nas NBC T, não é possível avaliar de forma eficaz os possíveis impactos na qualidade das demonstrações contábeis da entidade ou das informações a partir delas obtidas.

As deficiências nesses procedimentos causam inconformidades relevantes e, nesse sentido, os resultados apurados no exercício não estão livres de distorções, situação que inviabiliza a mensuração acurada dos impactos da implementação de tais normativos contábeis.

Os reflexos patrimoniais da reavaliação foram reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido, ante a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais, revertendo-se ao resultado, à medida que os ativos forem realizados.

O reflexo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão são linearmente reconhecidos no resultado do período, assim como o consumo dos ativos de outras naturezas.

6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O Sistema de Informações de Custos, instituído pela Portaria STN nº 157/2011, cria os órgãos Central e Setoriais de Custos, no âmbito do Poder Executivo Federal, nos Ministérios e na Advocacia-Geral da União, pertencentes à estrutura da Administração Direta.

A criação da Seccional de Custos nas entidades da Administração indireta depende de ato normativo do Órgão Superior ao qual se encontram vinculadas. Nesses termos, a criação do setor na FUNASA está em fase de estudo e levantamento dos recursos necessários à consecução da apuração dos custos dos programas e atividades afeitas à Instituição. Pondere-se que a criação da unidade de custos requer a alteração da estrutura regimental e a alocação de recursos materiais, bem como a requisição de pessoal qualificado.

6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 estão disponíveis no Anexo I - Demonstrações Contábeis.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Quadro A.7.1 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 033.230/2015-3	4403/2016-TCU-Segunda	a.1.	Ofício 0472/2016	05.05.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SUEST/FUNASA/PB/SERVIÇO DE CONVÊNIOS				
Descrição da determinação/recomendação				
INSTAURAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Devido os prazos legais a medida ainda não foi adotada. As medidas administrativas já foram tomadas, no intuito do encaminhamento para instauração da Tomadas de Contas Especial, faltando verificar os pressupostos para publicação da portaria.				

Fonte: SECOV/SUEST/FUNASA/PB

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

A SUEST/PB possui uma Seção responsável pelo acompanhamento das demandas oriundas dos órgãos de controle, ela monitora as diligências e interage constantemente com as áreas finalísticas para que as respostas sejam prestadas dentro do tempo hábil. A partir do exercício de 2017 todas as interações com o OCI serão realizadas pelo Sistema MONITOR da CGU. No dia 28/03/2017 foi realizada uma capacitação na CGU/PB, sobre o sistema.

O Monitor é o sistema da CGU responsável pelo monitoramento do Plano de Providências Permanente de todas as Unidades Jurisdicionadas do Poder Executivo Federal: diretas, indiretas e mistas. Nesse sistema é possível realizar a interação entre todos os gestores e a CGU, por meio da inclusão de posicionamentos e a juntada de anexos, pelas Unidades, bem como a análise e parecer dos auditores da CGU.

O relatório gerado pelo Sistema Monitor que demonstra as recomendações do OCI e as respostas da SUEST/FUNASA/PB está disponível no Anexo II - Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.

7.3 Medidas administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Quadro A.6.6 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
61	36			-	141	52	23	10

Fonte: CGPLA/DIREX/FUNASA E SECOV/SUEST/FUNASA/PB

Quanto às tomadas de contas especiais não encaminhados ao TCU no prazo de 180 dias do exercício de instauração, conforme previa o Art. 11 da IN/TCU nº 71/2012, esclarecemos se tratar de processos com ausência ou insuficiência de elementos fáticos e jurídicos necessários ao prosseguimento e que se encontram em fase de saneamento.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Esta unidade cumpre com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, porém não incluiu em seus processos de trabalho a elaboração de referido cronograma, assim não tem como demonstrar os controles instituídos para garantir o cumprimento do disposto na Lei nº 8.666/1993.

A partir da publicação da Instrução Normativa nº 2 de 6 de dezembro de 2016, a qual dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais – SISG, esta unidade tem buscado adequar os procedimentos visando o cumprimento da mesma.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Com relação a este item, em especial aos subitens 9.2. e 9.3 do Acórdão nº 2859/2013, informamos que a Fundação Nacional de Saúde - Funasa está no aguardo da decisão definitiva do referido Acórdão, o qual suspendeu a obrigação de revisar os contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

7.6 Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda

Informamos que a SUEST/FUNASA/PB não possui nenhum contrato com agência de publicidade para publicações em jornais de grande circulação ou entidades afins. As publicações de notícias no site da Fundação (www.funasa.gov.br) são produzidas na SUEST, contudo, o conteúdo é remetido a Coordenação de Comunicação Social da FUNASA/PRESI, para análise e posterior publicação.

No exercício de 2016 foi celebrado o contrato administrativo 02/2016 com a Imprensa Nacional para as publicações dos atos oficiais e demais matérias de interesse da UPC no Diário Oficial da União.

Quadro A.7.6 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	1012 / 2211520000001	15.185,00	3.219,22
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SAOFI/SUEST/FUNASA/PB

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Este relatório apresenta os resultados obtidos pela Funasa no ano de 2016, desse modo, retrata as estratégias de atuação adotadas por esta instituição, no que diz respeito às ações de saneamento e saúde ambiental para prevenção e controle de doenças e também responsável pela formulação e implementação das ações de promoção e proteção à saúde relacionada com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental sendo, portanto, um material não apenas para avaliação do desempenho institucional, mas também, um instrumento facilitador do acompanhamento do trabalho organizacional, pelo público interno e externo.

9 CONCLUSÃO

O processo de elaboração do Relatório de Gestão 2016 consolidou o comprometimento dos servidores da instituição com a cultura da excelência.

Estabeleceu-se um cronograma de trabalho, com diálogo constante entre as áreas, visando esclarecimento sobre os papéis inerentes a cada área, bem como, realizar um trabalho integrado da UPC.

Dessa forma, a feitura do Relatório de Gestão não se limitou ao cumprimento estrito da necessidade legal. Todas as informações nele contidas foram analisadas observando desde a fonte geradora das mesmas, passando pela crítica dos processos de trabalho, até a comparação com os indicadores de desempenho da instituição.

Por fim, o conjunto de informações contidas neste documento demonstra que embora muitos avanços tenham sido consolidados, ainda há muito em que se melhorar. E que o esforço institucional incrementado no exercício de 2016, que visou, principalmente, a melhoria dos processos de trabalhos

e de gestão, contribuirá de forma determinante para o cumprimento da missão institucional nos próximos anos.

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, ser uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

- Ética;
- Equidade;
- Transparência;
- Eficiência;
- Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;
- Compromisso sócio-ambiental.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde